



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

KATIANA DE SOUSA VALE

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: A HISTÓRIA DE
CAJAZEIRAS – PB CONTADA POR MEIO DE SITE EDUCATIVO (1920-1940)**

CAJAZEIRAS – PB

2023

KATIANA DE SOUSA VALE

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: A HISTÓRIA DE
CAJAZEIRAS – PB CONTADA POR MEIO DE SITE EDUCATIVO (1920-1940)**

Monografia apresentada à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) de Licenciatura Plena em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para obtenção do título de Licenciada em História.

Orientadora: Profa. Dra. Janaina Valéria Pinto Camilo

CAJAZEIRAS – PB

2023

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação-(CIP)

V149e	<p>Vale, Katiana de Sousa. Educação patrimonial e ensino de História: a História de Cajazeiras – PB contada por meio de site educativo (1920-1940) / Katiana de Sousa Vale. – Cajazeiras, 2023. 83f. : il. Color. Bibliografia.</p> <p>Orientadora: Profa. Dra. Janaina Valéria Pinto Camilo. Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2023.</p> <p>1. Patrimônio edificado - Cajazeiras -Paraíba - 1920-1940. 2. Ensino de História. 3. Patrimônio cultural - Cajazeiras- Paraíba. 4. Mediação cultural. 5. Site educativo. 6. Educação patrimonial - Cajazeiras - Paraíba. I. Camilo, Janaina Valéria Pinto. II. Título.</p> <p>UFCG/CFP/BS</p>	CDU – 351.711(813.3)
-------	--	----------------------

KATIANA DE SOUSA VALE

**EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E ENSINO DE HISTÓRIA: A HISTÓRIA DE
CAJAZEIRAS – PB CONTADA POR MEIO DE SITE EDUCATIVO (1920-1940)**

Aprovado em: 08 / 11 / 2023

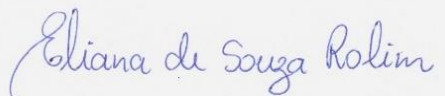
BANCA EXAMINADORA



Profa. Dra. Janaina Valéria Pinto Camilo
(Orientadora – UACS/CFP/UFCG)



Prof. Dr. Israel Soares de Sousa
(Examinadora – UACS/CFP/UFCG)



Profa. Ms. Eliana de Souza Rolim
(Examinadora externa)

Prof. Dr. Matheus Maria Beltrame
(Suplente – UACS/CFP/UFCG)

CAJAZEIRAS – PB

2023

*Às **Marias** da minha vida, pilares da minha existência,
**Maria Virgem Santíssima, Maria do Socorro, Maria Lourenço e
Francisca Maria**, cujas o colo, cuidado e amor nunca me faltou.*

Com todo o meu amor, dedico!

AGRADECIMENTOS

Viver sem compartilhar e agradecer é uma existência sem sentido. Dito isso, presumo que, neste momento, agradecer seja tão importante quanto se ter o trabalho escrito; finalizado. Recordo-me do caminho percorrido e tenho humildade para reconhecer que não caminhei sozinha para essa concretude. Muitas vezes, fui “carregada nos braços”; o fardo, por vezes, era pesado demais para uma sonhadora confessa. Mas sempre fui amparada, caminhei e compartilhei do apoio e a dedicação das melhores pessoas, sobretudo, daquele que é o mentor da minha vida, *Deus*.

Sem sombra de dúvidas, nada se constrói sozinho. Sendo assim, nos meus agradecimentos, não me proponho a escrever eloquentemente, tenho plena consciência de que não conseguiria tal feito, e nem de forma tão precisa, mas me proponho, a partir das palavras que serão escritas desde então, a expressar toda gratidão que há em meu coração às pessoas que serão mencionadas direta e indiretamente aqui, pois como frisa Pe. Fábio de Melo “*A escrita é uma aventura perigosa. Nela o coração humano se registra e se revela*”. Portanto, sem mais delongas, é chegada a hora de escancarar esse sentimento tão sublime que transborda em meu coração.

Primeiramente, elevo a minha mais sincera gratidão àquele que para longe de uma grandeza sem igual, eu o enxergo como exemplo, amigo e meu maior amor, *Deus*. Fostes meu mais fiel e precioso companheiro durante este percurso. És a minha rocha firme e Tua presença me reconfortou. Senti o Teu cuidado nos melhores e piores momentos, inclusive, em cada pessoa de luz que colocastes no meu caminho. Sem Ti eu nada sou, e o meu maior desejo é estar no Centro da Tua vontade, pois Tu és o absoluto dos meus dias. Obrigada por tudo e por tanto, *Deus!*

À minha Mãezinha, *Maria Virgem Santíssima*. Obrigada por me fortalecer na fé e iluminar-me, sobretudo, com sabedoria, quando eu mais necessitei, pois independentemente da situação, sempre te senti junto a mim e soube que estava amparada por Tua Graça, Teu amor e Teu colo de Mãe. Incontestavelmente, meu amor por Ti é infinito e absoluto, assim como o Teu é por mim.

À *São Miguel Arcanjo*, que esteve comigo durante essa jornada. A Ti me entregava todos os dias antes de sair e voltar para casa. Por tua graça e intercessão a *Deus*, incontáveis foram os livramentos. Gratidão por Tua proteção!

À minha amada *família* que, depois de *Deus*, é tudo o que eu mais amo, por serem as raízes mais profundas de mim. Desde o princípio da minha vida, foram e são pilares e

sustentáculos da minha existência, por serem meu norte, amparo e refúgio. Preenchem a minha vida com um amor tão desmedido que nada mais poderia me faltar. Definitivamente, vocês estão em mim e em tudo que me fazem ser eu!

Aos meus pais, *Maria do Socorro Sousa e Raimundo Vale (in memoriam)*, tenho gratidão eterna, os quais, possuidores de uma sabedoria incontestada e uma crença inabalável em *Deus* e na *Virgem Santíssima*, me educaram no caminho da fé, e ensinaram-me o quão é importante fazer o bem e carregar consigo, valores e princípios. Mesmo sem terem tido a oportunidade de adentrar no universo das letras, eu os considero os meus maiores mestres, melhores professores, melhores pais que eu poderia ter. Obrigada pelos sacrifícios e renúncias para me possibilitar os melhores caminhos, de maneira especial, à minha mãe, que me acompanhou do início ao fim nessa caminhada. Meu amor por ti não cabe em mim, vai além, transborda. És minha referência humana e minha maior felicidade é tê-la comigo. A vocês, todo o meu amor e gratidão!

Gratidão àquela que está presente em minha vida desde sempre, com quem divido o meu maior tesouro, que me apoia e ama incondicionalmente, minha irmã *Francisca Maria*. Não foi fácil chegar até aqui, e você é uma das pessoas que mais sabe disso. Se doaste tanto por mim que é impossível não me emocionar ao mencioná-la, sobretudo, quando me recordo das incontáveis vezes em que ficou acordada até a meia noite à espera de uma ligação para que eu pudesse chegar em casa bem. Você é a minha maior fonte de inspiração, meu maior exemplo de resiliência, humildade e empatia pelo próximo. “Se eu tentasse definir o quão especial tu és pra mim, palavras não teriam fim... Definir o amor não dá, então direi apenas [obrigada] e sei que entenderás. [Preciosa] és para Deus e para mim...” o trecho desta música de *Anjos de Resgate*, fala por mim, de forma singela e profunda expressa o meu amor por ti. Meu amor por você não dá para ser escrito, não cabe em mim, não cabe aqui, vai muito além do que caberia nesta simples folha de papel. Minha vida tem sentido por você estar e fazer-se presente nela. Amo-te infinito, *Gueguinha!*

À minha avó, *Maria Lourenço*, pelo seu amor, cuidado e orações. Infinitas vezes fui reconfortada com o seu carinho e colo de vó. Agradeço imensamente a *Deus* por tê-la comigo durante toda a minha existência e, sobretudo, pela graça da sua vida. És meu amor e prometo cuidar de ti, assim como sempre se doou por mim.

Aos meus amados sobrinhos, filhos do meu coração, *Victor Emanuel e José Raimundo*, que mesmo sem entenderem me incentivam a ser alguém melhor a cada dia. O meu maior desejo para vocês é que sejam homens bons e tementes a *Deus*, assim terão êxito e prosperidade na vida. Obrigada pelos momentos em que me tiraram do meu mundo e me inseriram nos seus,

pois foram nesses momentos que eu desacelerei, que não me preocupei, que vivi a totalidade do momento presente e pude desfrutar e perceber o quanto é bom e importante estar com vocês. Indiscutivelmente, vocês bagunçam a minha vida de um jeito único e especial. E eu amo isso! Amo-os absolutamente!

Aos meus avós, *Albino Lopes (in memoriam)* e *Francisca Vale (in memoriam)*, por todo significado que ambos têm para mim, especialmente, a minha avó *Francisca*, justamente por ter sido ela a maior incentivadora aos seus netos e netas pela busca do conhecimento, que na sua simplicidade e sabedoria, mesmo sem ter sido alfabetizada, enxergava e defendia a educação como um caminho transformador. Quanta saudade da sua presença, dos seus conselhos, do seu incentivo! Obrigada por ter plantado uma sementinha em mim! *Deus* está cuidando de tudo e no tempo d'Ele ela florescerá!

Agradeço imensamente ao meu cunhado, *Francimar Mendes*, que mesmo após um dia cansativo de trabalho, sempre que necessitei, esteve à disposição para que eu chegasse em casa em segurança. Assim como também agradeço aos meus tios, tias, primos e primas, que sempre se fizeram presente torcendo por mim, em especial, *Joelma Vale*.

Emociona-me agradecer aos que estiveram comigo durante essa caminhada. Cheguei a UFCG/CFP e encontrei, além de conhecimentos, afetos sinceros. Volto no tempo e recordo dos momentos vividos com vocês, minha eterna turma 2018.2. Quantos momentos incríveis compartilhados! Sempre tivemos uns aos outros e como isso foi lindo! É com o coração cheio de amor e gratidão que menciono vocês aqui, *Rafaela Vieira*, *Glenda Isadora*, *Laryssa Deyziane* e *Sávio Antunes*, com quem criei os primeiros laços de carinho e amizade; *Geraldo Ferreira*, cuja presença alegrou os meus dias; *Saniel Simplício*, sua leveza me fez tão bem; *Luan Sousa* e *Sabrina Severo*, sempre atenciosos; *Vitória Maria*; *Taywany Gomes*; *Erida Lamara*; *Giovanni Vieira*; *Walber Vieira* e *Mayara Leite*... Sou imensamente grata por tudo que vivemos, minha turminha do “PSOL”. *Foi singular estar com vocês!* Fica a certeza de que jamais os/as esquecerei...

É com os olhos marejados que expresso o meu carinho e gratidão a três pessoas que, inquestionavelmente, é um presente de *Deus* de valor imensurável, *Mayara Leite*, *Sabrina Gregório* e *Walber Vieira*, por terem sido a verdadeira prova do cuidado e do amor d'Ele para comigo durante essa jornada acadêmica. “[...] irmãs e irmãos a gente faz pelo tempo, pelo caminho, pelas artérias onde pode ou não correr o mesmo sangue [...]”. Vocês foram família, refletidos no cuidado, na sensibilidade e no amor. Como é maravilhoso tê-los na minha vida!

À *Mayara Leite*, minha gratidão é infinita. Obrigada por cada gesto de afeto e, principalmente, por ter me abrigado no seu “apartamento” todas as vezes que eu necessitei, o

lugar mais aconchegante de Cajazeiras, (risos). Amiga, tu és um ser humano incrível e tens um coração lindo. Que a vida te retribua abundantemente toda a bondade que há em você! É esplêndido que nossa amizade e irmandade tenha ultrapassado os muros da UFCG e se estendido à vida! Que felicidade!

À *Sabrina Gregório e Tolstói Silvestre*, toda a minha gratidão! Obrigada por todas as vezes que me ofereceram, além de ajuda, também um lar, caso eu precisasse. Jamais esquecerei tal gesto de bondade. Amiga, *Deus* está em você e tua luz precisa chegar a outros lugares, a outras pessoas, assim como chegou até a mim. Você é um achado raríssimo e foi o meu suporte na reta final do curso, pacientemente ouviu as minhas lamentações, frustrações e inseguranças. Suas palavras, além de fazer com que eu me aproximasse mais de *Deus*, fez-me acreditar que tudo daria certo. Obrigada pela preocupação e pelo afeto tão sincero. É totalmente recíproco. Não tenho dúvidas de que nossa amizade será por toda a vida. Que bênção!

Gratidão eterna a você, meu amigo *Walber Vieira*. Os anos de convivência e companheirismo serviram para que eu o admirasse cada dia mais. Desde o estreitamento dos laços de afeto percebi o grande homem que és, um amigo leal, e um parceiro acadêmico sem igual. Não tivemos reservas, houve confiança e infinitas conversas sobre a vida, sobre nós, nossos anseios... Meu amigo, falta-me palavras para expressar toda a minha gratidão a você, mas quero registrar aqui que nesse percurso, você também foi porto, foi luz, foi bênção de *Deus*. Recordo-me das nossas ajudas mútuas, das leituras e “correções” dos trabalhos, da sua parceria na Iniciação Científica, do seu cuidado para comigo sempre, e não há como não me emocionar ao falar em você! Tu mereces o mundo. Estarei na torcida e aplaudindo cada conquista sua. Profunda gratidão por exatamente tudo que vivemos e compartilhamos até aqui. Certamente, os compartilhamentos permanecerão, pois acredito que nossa amizade irá perdurar por uma vida inteira. Terás sempre um lugar especial na minha vida!

À minha orientadora, *Janaína Valéria Pinto Camilo*, minha gratidão é infinita. Obrigada por ter enxergado potencial em mim mais do que eu mesma enxergo. Você me oportunizou as melhores e mais significativas experiências durante a graduação, tanto na pesquisa quanto na docência. Sinto-me honrada e grata pela confiança depositada em mim e por suas palavras de motivação ao longo dessa trajetória. Desde o primeiro dia em que a vi a empatia foi imediata, nutro grande admiração e um carinho fraterno muito genuíno por você. Sou imensamente grata por todo conhecimento que compartilhou comigo, por sua generosidade, humildade, e, principalmente, pelo afeto que demonstrou ter para comigo, sobretudo, durante a vigência da Iniciação Científica, que foi justamente no período pandêmico. Sem dúvidas, aprender sobre

patrimônio cultural, preservação e educação patrimonial com você, foi uma experiência singular e enriquecedora. Gratidão por tudo e por tanto!

Gratidão desmedida aos amigos cujo os laços de afetos a vida se encarregou de estabelecer, *Ivanara Sá, Lucas Leonel, Jonas Barbosa, Oscar Vieira, Raymara Soares, Allan Andrade, Galileu Alexandre, Rozângela Lopes, Júnior Alves, Katiana Luma, Edna Gomes, Januária Caldeira, Maria José Barbosa e Manoel Barbosa*. Sinto-me profundamente feliz e agraciada por tê-los na minha vida e no meu *mundo*. Vocês são abrigo. Quão sortuda eu sou!

Gratidão aos *professores e professoras* que passaram pela minha formação na Unidade Acadêmica de Ciências Sociais (UACS/CFP). Além do compartilhamento de conhecimento, vocês me oportunizaram a chance de ampliar os meus horizontes. De maneira especial, expresso aqui a minha gratidão ao professor *Francisco Firmino Sales Neto*, por ter acreditado na minha capacidade e por todo o incentivo durante as disciplinas de Projeto de Pesquisa I, II, III e IV. *Neto*, você é um professor admirável!

Agradeço imensamente a Professora *Eliana Rolim*, que também passou pelo meu processo de formação e foi, de fato, a professora que me introduziu aos estudos históricos. Quis a vida que os nossos caminhos se cruzassem novamente durante a Iniciação Científica, o que me deixou muito feliz. És admirável e uma grande referência. Gratidão por ter me recebido na sua casa em plena pandemia, pelas fontes cedidas e pelo compartilhamento de conhecimento nas reuniões via *Google Meet*. Sua ajuda foi imprescindível durante a pesquisa. Obrigada!

Gratidão imensa à amiga *Raurislandia Santos*. Compartilhar contigo os encantos e desafios da docência, nos oportunizado pelo Programa Residência Pedagógica (RP), foi uma experiência incrivelmente significativa e enriquecedora. Foi um prazer enorme dividir a sala de aula com você! Tu já és brilhante! Obrigada pelo laço de amizade construído. Jamais a esquecerei, Rauris!

À *Douglas Queiroz*, preceptor da Residência Pedagógica, e os/as discentes das turmas 6º ano “A” e “B”, gratidão por tanto compartilhamento. Foi incrível estar e aprender com vocês.

À *Fernanda Queiroga, Érica Teles, Joyce Cavaco, Gabriely Késia e Lázaro Alves*, sou grata pelo carinho, pelas conversas e por todos os momentos de descontração. Vocês são incríveis e especiais, em minha mente sempre haverá boas recordações.

À professora *Edilva Martins*, a qual sempre me foi solícita e gentil, gratidão pela supervisão em todos os meus estágios.

Aos *funcionários/as* da UFCG/CFP, especialmente, *Ninha* e o senhor *Gilberto*, funcionários do bloco de História, que sempre me receberam com alegria e afeto, obrigada!

Agradeço a *Universidade Pública* e aos *programas de assistência estudantil*, os quais foram imprescindíveis para que eu pudesse chegar até aqui...

Por fim, agradeço a todos *aqueles* e *aquelas* que cruzaram o meu caminho durante essa trajetória e deixaram um pouco de si na minha *história*, fazendo-me, de alguma forma, mais feliz.

“Seus joelhos podem te levar mais longe que seus pés”

(Autor desconhecido)

RESUMO

O presente trabalho busca refletir e apresentar possibilidades de usos do site educativo “Um tour pelo Centro Histórico de Cajazeiras-PB” disponível na plataforma Wix.com, construído com registros documentais sobre o patrimônio edificado de Cajazeiras-PB (1920-1940), como ferramenta educacional no ensino de História, visando a preservação dos respectivos bens patrimoniais cajazeirenses. Cajazeiras é uma cidade localizada no Alto Sertão paraibano, a qual entre os anos de 1920 e 1940, viveu um *boom* urbano e comercial embalado pelo movimento de modernização dos centros urbanos, já iniciado na Europa desde o século XIX - com as imposições de transformações nas relações sociais, culturais e econômicas advindas da segunda onda da Revolução Industrial -; e que no começo do século XX chegou ao Brasil, provocando importantes transformações na distribuição do espaço urbano de grandes cidades brasileiras. Contudo, na atualidade o cenário cajazeirense é outro, o que se constata é uma contínua degradação do seu patrimônio arquitetônico. Isto posto, a perspectiva teórico-metodológica desta pesquisa está balizada por conceitos da História Cultural como os de memória, identidades culturais, representações, patrimônio cultural e educação patrimonial, uma vez que estes se articulam com diferentes áreas do conhecimento das Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Ademais, almejamos com este estudo contribuir para que futuras pesquisas sobre essa espacialidade envolvendo o seu patrimônio edificado possam nos evidenciar a presença efetiva de Educação Patrimonial nas escolas desta localidade, em vistas a preservação das identidades locais, a partir da preservação do seu patrimônio arquitetônico.

Palavras-chave: Cajazeiras-PB; Ensino de História; Patrimônio Cultural; Site Educativo; Educação Patrimonial.

ABSTRACT

This work seeks to reflect and present possible uses of the educational website “Um tour pelo Centro Histórico de Cajazeiras-PB” available on the Wix.com platform, built with documentary records about the built heritage of Cajazeiras-PB (1920-1940), such as educational tool in teaching History, aiming to preserve the respective heritage assets of Cajazeirense. Cajazeiras is a city located in the Alto Sertão of Paraíba, which between the years 1920 and 1940, experienced an urban and commercial urban growth driven by the modernization movement of urban centers, already started in Europe since the 19th century - with the imposition of transformations in social, cultural and economic relations arising from the second wave of the Industrial Revolution; and which arrived in Brazil at the beginning of the 20th century, causing important transformations in the distribution of urban space in large Brazilian cities. However, nowadays the Cajazeirense scenario is different, what we see is a continuous degradation of its architectural heritage. That said, the theoretical-methodological perspective of this research is guided by concepts of Cultural History such as memory, cultural identities, representations, cultural heritage and heritage education, since these are articulated with different areas of knowledge of Applied Human and Social Sciences. Furthermore, this study aims to contribute so that future research on this spatiality involving its built heritage can show us the effective presence of Heritage Education in schools in this location, with a view to preserving local identities, based on the preservation of its architectural heritage.

Keywords: Cajazeiras-PB; Teaching History; Cultural Heritage; Educational Website; Heritage Education.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1. Delimitação do centro histórico em Planta baixa.....	42
Imagem 2. Prédio do antigo Edifício OK, em estado de deterioração.....	47
Imagem 3. Proposta de atividade de Educação Patrimonial presente no site.....	65
Imagem 4. Aba “História, memória e Educação Patrimonial” – História da urbanização da Cidade de Cajazeiras-PB.....	68
Imagem 5. Aba “História, memória e Educação Patrimonial” – História da urbanização da Cidade de Cajazeiras-PB.....	69
Imagem 6. Sub aba “A cidade e sua História” – A partir de fotografias, apresenta as modificações ocorridas na Cidade Cajazeirense.....	70
Imagem 7. Sub aba “A cidade e sua História” – A partir de fotografias, apresenta as modificações ocorridas na Cidade Cajazeirense.....	71
Imagem 8. Sub aba “A cidade e sua História” – A partir de fotografias, apresenta as modificações ocorridas na Cidade Cajazeirense.....	72
Imagem 9. Aba “Conhecendo o Centro Histórico” – nesta aba apresentamos o histórico e imagens das edificações tombadas.....	73

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. DA POTENCIALIDADE AO DESCASO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB	22
1.1 Breve histórico da chegada da Educação Patrimonial ao Brasil.....	26
1.2 Entre a lei e o descaso: um olhar sobre o patrimônio arquitetônico de Cajazeiras-PB.....	31
2. DAS PÁGINAS À PESQUISA <i>IN LOCO</i>: O PERCURSO TRILHADO PARA O CONHECIMENTO – VIVÊNCIAS	40
2.1 Memórias de uma iniciante à pesquisa histórica.....	42
2.2 Além da fria materialidade: visita <i>in loco</i> e o patrimônio de pedra e cal em foco.....	46
2.3 Dos erros ao acerto: construção do site <i>Um tour pelo centro histórico de Cajazeiras-PB</i>	53
3. ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PERSPECTIVA: UMA PROPOSTA DIDÁTICA A PARTIR DE RECURSOS TECNOLÓGICOS	56
3.1 Usos das tecnologias na educação: o (re)pensar da prática docente a partir da utilização de novos recursos pedagógicos.....	57
3.2 Educação Patrimonial e aprendizagem histórica: utilização do site <i>Um tour pelo centro histórico de Cajazeiras-PB</i> nas aulas de História com fins a preservação do patrimônio edificado cajazeirense – <i>reflexões e possibilidades</i>	61
3.3 Além do que se pode ver: a fotografia enquanto fonte histórica e ferramenta pedagógica.....	65
CONSIDERAÇÕES FINAIS	76
REFERÊNCIAS	78

INTRODUÇÃO

Hoje, enquanto historiadora, compreendo que uma pesquisa histórica parte das nossas curiosidades e inquietações, e que, como ressalta o célebre Marc Bloch (2001), no seu ofício, quando o assunto é pesquisar, historiadores e historiadoras precisam fazer escolhas, seja a dos métodos e teorias a serem utilizadas, seja a dos recortes temporais, geográficos e documentais, por ser isso imprescindível e determinante para se alcançar resultados na pesquisa histórica. Pois bem, as obras arquitetônicas têm o poder de despertar a minha curiosidade, sinto-me deslumbrada por elas. E foi justamente a História que me ensinou a enxergá-las para além da fria materialidade das suas paredes. E isso começou a me inquietar...

Sendo assim, essa pesquisa surgiu a partir de minhas inquietações e da sede de conhecimento sobre assuntos relacionados às temáticas que envolvem o patrimônio arquitetônico e Educação Patrimonial. Então, vale citar que uma pluralidade de motivos me levou a decidir pesquisar e realizar minha monografia acerca dos assuntos em questão. O principal deles foi ter enxergado a importância desse campo temático, mas que infelizmente, ainda não abrange e não desperta o público em geral, seja nos espaços escolares, nos universitários, ou nas comunidades locais. Confesso que enquanto fui aluna de educação básica, nunca ouvi, nem tão pouco vi, docentes se remeterem à Educação Patrimonial, inclusive os meus professores de História. E isso muito me fez falta. Eu queria descobrir, aprender, preencher lacunas.

Adentrei na universidade e tudo mudou. O universo acadêmico do curso de História, sobretudo, a disciplina de Projeto de Pesquisa I, ministrada inicialmente pelo professor Luiz Mário e, posteriormente, pelo professor Sales Neto, foi o meu norte nessa busca, por estes professores me apresentarem inúmeras informações sobre o que as “construções antigas” podem nos dizer e nos proporcionar, e o quanto estudar sobre o patrimônio cultural é importante para a nossa formação identitária e para resguardar memórias, sejam estas nacionais ou locais.

O que teve início nas aulas de projeto de pesquisa I tomou proporções maiores quando conheci a professora Janaína Camilo, a qual me oportunizou uma bolsa de pesquisa no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC/UFCEG/CNPq, cujo projeto *O desenho da cidade: o patrimônio edificado de Cajazeiras - PB (1920 a 1940)*, norteou uma análise em torno do patrimônio cultural material do centro histórico da cidade de Cajazeiras – PB, a partir da investigação da história da cidade, suas influências arquitetônicas e as personagens envolvidas no processo de modernização urbana.

Portanto, foi a partir desta pesquisa que, de fato, iniciei os estudos mais aprofundados no tocante ao patrimônio cultural, especificamente, o patrimônio edificado da cidade de Cajazeiras-PB. Após um ano de vigência, concluímos a pesquisa. Os resultados alcançados preocupavam, pois eram visíveis o descaso e o abandono com o patrimônio edificado dessa localidade, o qual mesmo estando protegido por lei, encontra-se fadado ao descaso humano e as intempéries do tempo. Notoriamente, os órgãos a quem compete zelar, fiscalizar e protegê-lo, aparentemente fazem vista grossa quanto a isso.

Diante disso, é cabível ressaltar que a partir do aprendizado que a Iniciação Científica me oportunizou, hoje enxergo e defendo que discutir sobre a relevância da preservação e de uma Educação Patrimonial eficiente faz-se tão importante quanto necessária no cenário nacional brasileiro, inclusive, nas comunidades locais, como, por exemplo, em Cajazeiras, cidade sertaneja localizada no extremo Oeste do Estado da Paraíba, se distanciando em média 475 Km da sua Capital, João Pessoa, cuja população estimada é de 62.289 pessoas.¹

Conforme uma historiografia já consolidada sobre os primórdios da urbanização de Cajazeiras, esta passou a ser cidade somente a partir do dia 10 de julho de 1876, e inúmeros fatores contribuíram para a sua formação e ampliação na virada do século XIX para o XX, dentre os quais elencamos: a construção e funcionamento da escola do padre Rolim em 1843, que teria impulsionado a urbanização da localidade por ter atraído pessoas de vários lugares; a implantação da Diocese em 1914, por tornar Cajazeiras sede episcopal, a qual também foi responsável na administração religiosa de outras unidades; a chegada da ferrovia à cidade em 1922, por ter facilitado o transporte tanto de pessoas quanto de cargas entre outras cidades e Estados; e além destes, o comércio e as relações comerciais, destacando-se como fator principal o cultivo e comercialização do algodão, o chamado “ouro branco”.

Todos esses fatores mencionados contribuíram para o desenvolvimento da cidade cajazeirense. O espaço urbano crescia consideravelmente com as construções imponentes. Obviamente, as paredes dos prédios e casarões construídos durante esse período, os quais se encontram no centro histórico de Cajazeiras, nos evidenciam mais do que se pode ver, é preciso sensibilidade e um olhar atento para enxergá-las para além da pedra e cal, pois essas construções nos levam a entender uma época, o passado e, portanto, a História dessa cidade. Visto que a maioria delas foram construídas sob orientação dos saberes informais dos construtores, principais personagens que promoveram o processo de modernização dessa urbe.

¹ Esta informação corresponde ao senso 2020 do IBGE. Disponível em <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/cajazeiras/panorama>, acesso em 11 jun 21.

Logo, essas edificações são altamente importantes para compreendermos a cultura dessa respectiva cidade, principalmente entre as décadas de 1920 e 1940. Preservá-las, portanto, é resguardar memórias e preservar as identidades culturais locais. Mas, infelizmente, não é isso que visualizamos em Cajazeiras. Certamente, os cajazeirenses precisam conhecer suas histórias, as histórias do seu lugar de origem, para que assim possa haver um sentimento de pertencimento e de identidade com esse local.

Dito isso, faz-se pertinente destacar que o espaço escolar se apresenta como o viés mais promissor para que isso ocorra, pois acreditamos que somente assim, poderá haver preservação do patrimônio arquitetônico cajazeirense. Ademais, vale lembrar que a História é uma das disciplinas essenciais para possibilitar a visualização de pertencimento, de identidades, justamente por ser ela a afirmar o nosso compromisso com a sociedade enquanto coletividade.

Assim sendo, esta pesquisa monográfica é um resultado da Iniciação Científica supracitada, o objeto de estudo é o site *Um tour pelo centro histórico de Cajazeiras-PB*, este foi produzido para registro documental com fins educativos sobre a história dos edifícios tombados da cidade de Cajazeiras, sendo voltado para ações de educação patrimonial, tanto nas instâncias dos ensinos formal quanto informal.

Diante disso, a nossa perspectiva teórica se encontra diretamente ligada à História Cultural, com foco na discussão dos seguintes conceitos e nas perspectivas dos seguintes autores: Patrimônio Histórico – *Alegoria do Patrimônio*, de Françoise Choay (2014), e *O que é patrimônio Histórico*, de Carlos Lemos (2000); Memória – *História e Memória*, de Jaques Le Goff (1990); Identidades Culturais e Educação Patrimonial – *Educação Patrimonial: históricos, conceitos e processos* (IPHAN, 2014), e o *Guia Básico de Educação Patrimonial* (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999). Além destas, também destacamos as seguintes obras e seus respectivos autores: *Ensino de História: fundamentos e métodos* (BITTENCOURT, 2008) e *História & Imagem* (PAIVA, 2004).

Metodologicamente, o trabalho pautou-se no método de natureza qualitativa, uma vez que propomos, além de buscar, também apresentar fontes que apresentem possibilidades de trabalhar a Educação Patrimonial nas escolas de Cajazeiras-PB. Além das pesquisas bibliográficas e documentais realizadas nos bancos de teses e dissertações, no repositório de monografias da Universidade Federal de Campina Grande - Centro de Formação de Professores, e na Biblioteca Municipal de Cajazeiras, também se realizou pesquisa de campo no centro histórico de Cajazeiras e análises fotográficas no acervo particular da professora e historiadora Eliana de Souza Rolim.

É importante destacar que estudar acerca do patrimônio e todas as suas definições, só foi possível a partir da segunda metade do século XX, com o surgimento da Escola dos Annales. Surge então a história problema, ocorrendo uma quebra no paradigma da Escola Positivista. Portanto, foram os Annales que ampliaram “métodos e aportes teóricos inovadores para o campo do conhecimento humano: as nascentes Ciências Sociais” (BARROS, 2010, p. 5).

A partir disso, a História pôde utilizar outras fontes que não fossem apenas os documentos oficiais e, assim, ampliou-se as fontes documentais para o conhecimento historiográfico, e dentro destas novas fontes que podem ser indagadas pelo historiador, encontra-se, também, os monumentos, pois conforme nos assevera Jacques Le Goff (1990, p. 462), os materiais da memória coletiva e da História “podem apresentar-se sob duas formas principais: os *monumentos*, herança do passado, e os *documentos*, escolha do historiador”.

Mediante a isso, as novas metodologias para o estudo do patrimônio e a relação com a História Cultural, também dialogam com o lugar que ocupa o documento enquanto registro de ações. Assim, como aponta Le Goff (1984), não se trata de observar a história apenas por documentos escritos, conforme defendeu os positivistas Charles Seignobos e Charles-Victor Langlois, pois os historiadores franceses da primeira geração do Annales, Marc Bloch e Lucien Febvre, lançaram uma nova proposta de se escrever a História que, diferentemente das prerrogativas positivistas, não era produzida exclusivamente pelo documento escrito. Para os historiadores da Escola dos Annales:

A história faz-se documento escrito, sem dúvida. Quando estes existem. Mas pode fazer-se, deve fazer-se sem documentos escritos, quando não existem. Com tudo o que a habilidade do historiador lhe permite utilizar para fabricar o seu mel, na falta das flores habituais [...]. (FEVBRE, 1985, p. 249).

Assim sendo, a partir dessa nova proposta, os historiadores viram-se diante da diversidade documental. A História podia ser escrita por meio da indagação de diferentes fontes: escrita, sonora, imagética, oral, material, enfim, toda aquela que permita dar voz às personagens silenciadas pela história tradicional, de viés metódico ou positivista. E, por este viés, os museus, arquivos e bibliotecas passaram a ser lugares depositários dessa variedade de documentos e, portanto, da pesquisa histórica. Nessas instituições, a memória coletiva valoriza-se e se constitui em patrimônio cultural e histórico. E é a nossa ação de profissionais da História que transforma esses monumentos em documentos de pesquisa em História.

Em vista disso, ressaltamos que a relação entre Patrimônio Cultural, História e Educação Patrimonial está sustentada no uso da cultura material e imaterial como suporte de

conhecimento, porque os objetos, os prédios históricos, as ruas, as praças, as cidades, bem como os saberes, as tradições culturais, as manifestações religiosas, as músicas e as danças nos contam sobre histórias de diferentes personagens: homens, mulheres, negros, negras, índios, índias, crianças, etc... que deixaram, de forma consciente ou inconscientemente, seus registros para outras gerações. O trato desses registros depende do trabalho do historiador que transforma o Patrimônio Cultural, os bens materiais (móveis ou imóveis) e imateriais² - que são intangíveis - em suportes da memória e o profissional da História, por sua vez, transforma-os em suporte de conhecimento.

Então, cabe pontuar que a relação entre História Cultural, Patrimônio Cultural e a Educação Patrimonial é importante para o devir histórico, pois trata-se de interpretar objetos e discursos – muitas vezes guardados em museus, bibliotecas ou arquivos históricos – e transformá-los, como já nos orientou Jacques Le Goff (1984), de monumento em documento ou, ainda, nas palavras de Françoise Choay (2014), de monumento em monumento histórico, utilizando-os como marcas do passado, como exemplos de ações humanas e transformando-os em narrativas inteligíveis aos leitores. Uma vez que é possível compreendermos o patrimônio cultural como um componente capaz de unificar diversas memórias, se configurando como base comum no que concerne à formação social de determinado grupo ou comunidade. Nesse sentido, essa formação dar-se através de elementos tanto tangíveis quanto intangíveis, e esses elementos se configuram, portanto, como porta-vozes das tradições de cada grupo, sendo suporte de memória dos inúmeros agentes sociais.

Isto posto, as seguintes indagações nortearam esta pesquisa, a saber, como aproximar a comunidade estudantil de Cajazeiras com o seu patrimônio material? Qual a importância das aulas de História para essa aproximação? Como os recursos tecnológicos poderão contribuir para isso? Então, o objetivo central desta pesquisa foi analisar as potencialidades de um site educativo construído com registros documentais sobre o patrimônio arquitetônico de Cajazeiras, produzido por meio de um projeto de Iniciação Científica, visando a preservação dos respectivos bens patrimoniais cajazeirense, pois é no ensino de História que buscamos compreender a realidade na qual estamos inseridos. Entender a nossa História é perceber-se no mundo, sobretudo, na nossa localidade de origem.

Nesse sentido, este trabalho busca contribuir com essas discussões, principalmente pelo fato de que nossas descobertas sinalizam a pesquisa em questão para uma clara relevância acadêmica, haja vista que há uma grande ausência de estudos acadêmico-científicos sobre o

² Vale ressaltar que o patrimônio imaterial só muito recentemente, por meio do decreto 3.551 de 4 de agosto de 2000, é que passou a compor oficialmente a categoria de Patrimônio Cultural Brasileiro.

patrimônio arquitetônico de Cajazeiras, pois ao realizar uma pesquisa documental e bibliográfica, constatamos que não há nenhum Trabalho de Conclusão de Curso que investigue diretamente esta proposta de pesquisa no Repositório do Curso de Licenciatura Plena em História da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, especificamente, no Campus Cajazeiras - PB.

No entanto, há um Trabalho de Conclusão de Curso sobre o patrimônio histórico material da cidade cajazeirense, intitulado *Patrimônio Material de Cajazeiras - PB: Discursos Além do Concreto e Cimento* (2015), mas o que foi analisado nesta pesquisa foram os discursos produzidos pela historiografia local sobre este patrimônio. Além deste trabalho, há uma dissertação de mestrado cuja autora foi a professora Eliana Rolim, intitulada *Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras – PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial* (2010), ambos os trabalhos relatam a necessidade urgente de políticas públicas de Educação Patrimonial, tendo em vista a deterioração e descaracterização em que este patrimônio se encontra.

Todavia, as pesquisas citadas, apesar de enfatizarem a necessidade da preservação, não se propuseram, de fato, a criar propostas de Educação Patrimonial para a sociedade cajazeirense. Diante disso, intuímos com este trabalho mostrar que o ensino de História é o pilar para a formação da consciência histórica e de identidades, sejam estas nacionais, regionais ou locais. Nesse sentido, Aaron Reis e Joilson Silva (2021) *apud* Rüsen (2009), esclarecem que a consciência histórica é um elemento universalmente humano, enraizada na historicidade da própria vida, a qual denota um conjunto de ações ou intenções no tempo. Ela deve ser vista como um processo cognitivo que estabelece relações imediatas entre passado e presente, garantindo projeções de futuro. Assim sendo, a consciência histórica contribui com a formação da identidade, fenômeno capaz de moldar “o mundo da vida humana” e, além disso, promover o eu com “continuidade e consistência” na relação cultural dos grupos.

Portanto, a fim de abarcar as questões que foram levantadas, dividimos a presente monografia em três capítulos. No primeiro capítulo, buscamos traçar o percurso em relação à chegada da Educação Patrimonial no Brasil, a relação com a História e o Ensino de História enquanto uma metodologia altamente promissora no tocante a formação identitária e a preservação das memórias locais e, por consequência, do patrimônio em si. Mediante a isso, reportamo-nos a cidade de Cajazeiras e apresentamos essa espacialidade a partir do estudo do seu patrimônio arquitetônico, buscando discutir sobre a necessidade de preservação dos bens patrimoniais edificados do centro histórico cajazeirense, tendo em vista o descaso e as descaracterizações com o patrimônio local. Portanto, o capítulo propõe a apresentação da nossa

problemática de pesquisa, o descaso com o patrimônio edificado e a urgente necessidade de políticas públicas de Educação Patrimonial nessa respectiva cidade.

O segundo capítulo, detém-se na apresentação no que concerne a minha experiência de Iniciação Científica e a criação do site para registro documental sobre a História de Cajazeiras, cujo tem finalidades educativas de Educação Patrimonial. Assim sendo, enquanto é dissertado sobre a experiência citada, busca-se discutir a relevância do centro histórico como um espaço de convivências e de memórias, por se fazer tão necessário quanto urgente à sua preservação. Ademais, discorreremos sobre o percurso da pesquisa, relatando os caminhos e descaminhos, desafios e confrontos, até chegar a sua conclusão, mencionando os pontos fulcrais para a construção do site *Um tour pelo Centro Histórico de Cajazeiras-PB*, registro documental com finalidades para uso didático.

O terceiro e último capítulo, debruça-se sobre o site *Um tour pelo Centro Histórico de Cajazeiras-PB*, o qual propõe-se a análise do site enquanto um recurso potencializador a ser utilizado nas aulas de História pela comunidade estudantil cajazeirense, apresentando reflexões e possibilidades de uso, com vistas a salvaguarda das identidades locais a partir do conhecimento e, conseqüentemente, a preservação do patrimônio local. Além disso, o capítulo em questão também traz uma abordagem que frisa o uso das tecnologias nas aulas de História, com destaque para o uso da fotografia. Então, discutiremos e apresentaremos possibilidades de utilização desse recurso didático pelos docentes, o qual poderá contribuir para a consciência histórica dos e das discentes sobre a sua própria história enquanto sujeitos cajazeirenses.

Destarte, realçamos que este trabalho tem como pontos fulcrais analisar e refletir sobre a necessidade de preservação do centro histórico de Cajazeiras e, além disso, apresentar possibilidades de atividades utilizando a metodologia da Educação Patrimonial à sociedade cajazeirense, em especial, a comunidade estudantil a partir do uso do site *Um tour pelo centro histórico de Cajazeiras-PB* no Ensino de História. Uma vez que se espera com este estudo contribuir para que futuras pesquisas sobre essa espacialidade envolvendo o seu patrimônio edificado possam nos evidenciar a presença efetiva de Educação Patrimonial nas escolas desta localidade, em vistas a preservação das identidades locais, a partir da preservação do seu patrimônio arquitetônico.

1. CAPÍTULO I - DA POTENCIALIDADE AO DESCASO: EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A NECESSIDADE DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUITETÔNICO NA CIDADE DE CAJAZEIRAS-PB

“A valorização do patrimônio cultural brasileiro depende, necessariamente, de seu conhecimento. E sua preservação, do orgulho que possuímos de nossa própria identidade.”

(Luiz Antônio Bolcato Custódio)

A sociedade do presente, que constrói suas imagens do passado, deve ter em conta os modos como os seus vestígios foram transmitidos e preservados. Em suma, o passado é infinito, mas os seus vestígios são finitos e normalmente caóticos. É preciso, pois, organizar os vestígios ao mesmo tempo em que se conserva sua história. Assim, portanto, se faz necessário conhecer para se pertencer, valorizar para se preservar.

Para isso, a Educação Patrimonial é considerada uma importantíssima aliada no que concerne à salvaguarda do patrimônio cultural brasileiro³, por esta consistir em um “processo permanente e sistemático”, centrado no “Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo”, assim nos assevera as autoras Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, precursoras no que tange ao estudo da Educação Patrimonial no Brasil, cuja metodologia se aplica a:

[...] qualquer evidência material ou manifestação cultural, seja um objeto ou conjunto de bens, um monumento ou um sítio histórico ou arqueológico, uma paisagem natural, um parque ou uma área de proteção ambiental, um centro histórico urbano ou uma comunidade da área rural, uma manifestação popular de caráter folclórico ou ritual, um processo de produção industrial ou artesanal, tecnologias e saberes populares, e qualquer outra expressão resultante da relação entre indivíduos e seu meio ambiente. (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 6).

Nessa perspectiva, a Educação Patrimonial torna-se assim, um processo constante de ensino/aprendizagem, que têm o patrimônio como objetivo central e foco de ações. Logo, tomando como base as informações colocadas pelas autoras, compreendemos ser através da

³ Entendemos o conceito de patrimônio cultural como todos os bens de natureza material e imaterial portadores de referência à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da nossa realidade e sociedade, brancos, negros e indígenas. Neste sentido, o patrimônio cultural é compreendido, aqui, a partir da diversidade de manifestações tangíveis e intangíveis, consagradas e não consagradas, como fonte de conhecimento e aprendizado, com a possibilidade de inserção nos currículos e nas disciplinas do sistema formal de ensino.

fonte primária de atuação – o *patrimônio*, que há o enriquecimento e fortalecimento do conhecimento individual e coletivo de uma nação sobre sua cultura, memória e identidade.

Dessa forma, com ações voltadas à preservação e compreensão do patrimônio cultural, a Educação Patrimonial transforma-se em um veículo de aproximação, conhecimento, integração e aprendizagem para os cidadãos, objetivando que os mesmos (re)conheçam, (re)valorizem e se (re)apropriem de toda uma herança cultural a eles pertencente, proporcionando-lhes uma postura mais crítica para atuarem na (re)construção de sua identidade.

Para Françoise Choay (2014), o conceito de patrimônio pode ser compreendido por meio da origem da palavra, visto que:

[está] ligada às estruturas familiares, econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no tempo e no espaço. Requalificada por diversos adjetivos (genético, natural, histórico, etc.) que fizeram dela um conceito ‘nômade’, ela segue hoje uma trajetória diferente e retumbante [...] A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras [...] e produtos de todos os saberes e *savoir-faire* dos seres humanos (CHOAY, 2014, p. 11)

A partir das palavras da autora, observamos que o termo patrimônio está intimamente ligado à analogia de bens familiares, heranças que envolvem, além de valores econômicos, também simbólicos, visto que:

Etimologicamente falando, patrimônio significa uma ‘herança paterna. Bens de família’. Logo, é um legado do passado. É verdade que muitos desses bens nos chegaram através de heranças, porém eles não são simplesmente legados de uma geração a outra, eles são ‘**construídos**’, ‘**recriados**’, ‘**apropriados**’. Do mesmo modo, a permanência desse patrimônio no tempo resulta de ações e interpretações dos diferentes grupos humanos, que partem sempre do presente em direção ao passado. (SANTANA, 2002 *apud* JUNIOR, 2016, s/p). (Grifo da autora).

Diante disso, cabe pontuar que, ao nos remetermos a palavra patrimônio, o compreendemos como um bem cultural de significativo valor simbólico, o qual se constitui em suporte da memória coletiva de cada sociedade/comunidade, justamente por isso, se faz necessário a preservação desse patrimônio, uma vez que estes bens funcionam como fontes históricas e lugares de memória, ao passo que são testemunhos do passado, cenários de experiências vivenciadas em tempos e espaços diferenciados pelos diferentes atores sociais, visto que, segundo ressalta Silva Júnior (2016, p. 16), “Patrimônio é aquilo que fornece a uma

comunidade cultural a representação de seus sentimentos de pertinência e de ação, e também veicula, portanto, o sentido de que os membros são agentes de seu próprio destino cultural”.

Ademais, conforme os autores que iniciaram as discussões sobre Educação Patrimonial, o patrimônio é revelador não somente do passado, mas também “constrói e reconstrói um presente, que se atualiza constantemente com as identidades e as interpretações da cidade, e ante as ações daqueles que vivem e convivem na sociedade” (PINHEIRO, 2015, p. 13). A partir disso, somos levados a compreensão de que o conceito de Educação Patrimonial pode ser definido como ação constitutiva de todos os processos educativos formais e não formais, cujo instrumento da ação é o patrimônio cultural visto como “recurso para a compreensão sócio-histórica das referências culturais em todas as suas manifestações com o objetivo de colaborar para o seu reconhecimento, valorização e preservação” (FLORÊNCIO, 2015, p. 24). Além disso, Sônia Florêncio (2015, p. 24) considera ainda que:

Os processos educativos de base democrática devem primar pela construção coletiva e democrática do conhecimento, por meio do diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais onde convivem noções de patrimônio cultural diversas.

Sendo assim, é cabível esclarecer que, no Brasil, no começo do século XX, a política do patrimônio – conhecida como “pedra e cal” - promoveu os tombamentos⁴ dos prédios históricos sob a justificativa da relevância arquitetônica. Porém, a partir do século XXI, o conceito de patrimônio ampliou-se e ganhou dimensões subjetivas promovendo o conhecimento de diferentes saberes e personagens. Neste sentido, Maria Amália Silva Alves de Oliveira afirma que, dada a diversidade de profissionais que se debruçam sobre a temática do patrimônio, não é mais possível usar esta palavra no singular, propondo seu uso como “patrimônios”. Dessa diversidade surgiram diferentes categorias atreladas aos patrimônios: tangível, intangível, natural, artístico, arqueológico e arquitetônico. Assim, “não há limites para essa reflexão”, sobretudo, em tempo de globalização que exige uma compreensão ampla dos patrimônios enquanto registros de “fenômeno social altamente impactante” (OLIVEIRA in PELEGRINI, NAGABE, PINHEIRO, 2010, prefácio).

⁴ Segundo o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba (IPHAEP), o tombamento é [...] um instrumento legal. É através deste ato garantido por lei e, por intermédio das entidades de proteção nacional, estadual e municipal, que o poder público intervém nos bens considerados patrimônio cultural coletivo, de forma a impedir sua destruição e descaracterização. Logo, tomar também é uma ato de poder que suscita disputas.

Consoante a essa discussão, logo visualizamos que é atribuída a Educação Patrimonial uma importante função pedagógica, uma vez que através dela, é oportunizado aos educandos o interesse para conhecer o seu meio social ao aproximá-lo de sua comunidade, levando-o a se interessar pelas tradições que são próprias do meio em que o mesmo está inserido, fazendo com que este se enxergue, também, como agente de transformação. Sua metodologia permite aos docentes a utilização de objetos culturais na sala de aula, e, também, nos locais onde estes objetos se encontram, portanto, estes objetos devem ser considerados como peças “*chave*” no desenvolvimento dos currículos e não apenas como uma “*ilustração*” para as aulas (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999, p. 7).

Em consonância com estas autoras, a historiadora Aletícia Silva (2018), ao utilizar a feira livre como um espaço de aprendizagens históricas na cidade de Colinas do Tocantins, ressalta a importância da Educação Patrimonial trabalhada nas escolas, ao citar que os professores de História ao dispor de um “arcabouço teórico e metodológico da nossa ciência podem estimular a prática de um ensino de História não mais mecânico e encerrado a sala de aula e rigidamente atrelado ao texto escrito”. Desta forma, a autora destaca a relevância de um ensino que não se limita apenas a sala de aula, mas aquele que promove e valoriza os espaços de aprendizagens, ou seja, um ensino “que contemple especialmente a realidade do aluno e os locais onde ele possa encontrar laços de identidade” (SILVA, 2018, p. 113).

Ainda sobre as perspectivas dessas autoras, Silva Junior (2016) corrobora das afirmações, por este também afirmar que a Educação Patrimonial pode ser compreendida como a materialização de um diálogo entre professores, alunos e bens culturais em uma mesma conversa cultural, e isso a torna interativa e interdisciplinar. Diante disso, entendemos a Educação Patrimonial como uma relevante ferramenta educacional, pois ela oportuniza uma ação considerada interdisciplinar, uma vez que ela rompe as barreiras das salas de aula e oportuniza aos professores e educandos um diálogo com diferentes formas e fontes de se abordar o passado, na qual, é possível compreender os agentes sociais em diferentes épocas, e, por este viés, durante o processo de consciência histórica dos discentes, estes serão levados a compreender que a construção histórica perpassa por um jogo de interesses em que, para lembrar faz-se necessário também esquecer.

Portanto, a Educação Patrimonial, torna-se, para além de um instrumento de salvaguarda, uma prática de preservação de identidades traduzida por meio de diálogos, de trocas de experiências e de memórias, fazendo com que se desenvolva um sentimento de pertencimento por parte dos indivíduos, ou seja, dos próprios sujeitos históricos. Todavia, ainda há entraves no que concerne a preservação do patrimônio cultural brasileiro, e mesmo já se

tendo alcançado alguns avanços significativos a partir da Educação Patrimonial, ainda há morosidade na efetivação dessa metodologia educacional no Brasil.

É justamente sobre isso a discussão a seguir...

1.1 Breve histórico da chegada da Educação Patrimonial ao Brasil

Conforme estudos de Sônia Regina Rampim Florêncio (2015), o tema da Educação Patrimonial não é atual do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN, na verdade, ainda nos anos de 1930 quando o Instituto chamava-se Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN⁵, o anteprojeto de Mário de Andrade já expunha a importância “do caráter pedagógico dos museus e das imagens para as ações educativas” (FLORÊNCIO, 2015, p. 21). Essa preocupação se repetiu na gestão de Rodrigo Melo Franco de Andrade, na década de 1960, vindo a influenciar, ainda, Aloísio de Magalhães à frente da Fundação Nacional Pró-Memória nos anos de 1970.

À vista disso, é cabível mencionar que a motivação para a criação de um órgão federal dedicado à preservação do patrimônio histórico e artístico nacional, surgiu, “de um lado, por uma série de iniciativas institucionais regionais e, de outro, por clamores e alertas de intelectuais, parte deles ligada à Semana de Arte Moderna de 1922, veiculados na grande imprensa brasileira.” (IPHAN, 2014, p. 5).

Portanto, foi a partir da Semana de Arte Moderna, e a busca por uma identidade à nação brasileira, que se iniciaram, no Brasil, atividades relacionadas a preservação do patrimônio, buscava-se um desligamento da influência europeia que, naquela época, ainda existia e era propagada pelo país. Em grande medida, a luta era por novos valores estéticos e culturais, o ápice era encontrar uma espécie de “brasilidade” para a nação brasileira. Então, através da Lei nº 378, assinada pelo então presidente da República à época, Getúlio Dorneles Vargas, criou-se o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, em 1937 (OLIVEIRA, 2015, p. 38).

Nesse sentido, podemos elencar que “[...] três fatos políticos e culturais foram decisivos para a criação do conceito de patrimônio cultural no Brasil, a Semana de Arte Moderna de 1922, a implantação do Estado Novo e a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e

⁵ Criado pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, tornou-se Diretoria em 1946 (DPHAN), e somente em 1970, assume a denominação de Instituto (IPHAN); em 1979, de Secretaria (novamente SPHAN). Em 1981, passa a Subsecretaria, mantendo a sigla SPHAN. Finalmente, em 1994, readquire a designação de Instituto e recebe a nomenclatura de IPHAN. (IPHAN, 2014, p. 5)

Artístico Nacional (SPHAN) [...]” (DIMENSTEIN, 2017, p. 14). O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN, hoje Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, desde a sua criação, expôs em documentos, iniciativas e projetos a relevância em realizar “ações educativas como estratégia de proteção e preservação do patrimônio sob sua responsabilidade, instaurando um campo de discussões teóricas, e conceituais e metodologias de atuação que se encontram na base das atuais políticas públicas de Estado na área.” (IPHAN, 2014, p. 5).

Assim sendo, Mário de Andrade, grande intelectual, àquela altura diretor do Departamento de Cultura da Prefeitura de São Paulo e principal nome do movimento literário modernista desse Estado, após atender à solicitação do então ministro da Educação, Gustavo Capanema, redige, em 1936, um documento com vistas à “organização dum serviço de fixação e defesa do patrimônio artístico nacional” (IPHAN, 2014, p. 5), cuja finalidade do anteprojeto era sugerir:

[...] entre outras coisas, a criação de uma “Seção dos Museus”, que ficaria encarregada de organizar os museus nacionais pertencentes ao SPHAN, promover exposições em nível regional e federal e articular-se com congêneres regionais. Em sua concepção, os museus municipais deveriam ser ecléticos, com acervos heterogêneos, e os critérios de seleção das peças ditados pelo valor que representam para a comunidade local. (IPHAN, 2014, p. 5)

Portanto, esse era um anteprojeto de lei que visava assegurar e manter as riquezas históricas do Brasil, sendo a partir dele que mais tarde “viria nascer a Missão de Pesquisas Folclóricas, entre 1938 e 1939, cuja finalidade era percorrer o Norte e o Nordeste brasileiro para descoberta e catalogação de um grande número de manifestações culturais populares” (OLIVEIRA, 2015, p. 38).

Categoricamente, observamos que o conceito de patrimônio cultural está intimamente ligado com a história da criação do próprio SPHAN, se entrelaçando com a trajetória de vida de alguns nomes importantes à época, entre eles, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Gustavo Capanema e Aloísio Magalhães. Conforme nos informa o IPHAN (2014), Rodrigo Melo Franco de Andrade presidiu o SPHAN desde sua criação, em 1937 até 1967, tendo sua gestão apontada como significativa no que concerne à preservação do patrimônio cultural brasileiro, ficando sua fase de atuação cunhada como “*fase heroica*”⁶, uma vez que durante sua gestão:

⁶ Conforme o (IPHAN, 2014, p. 6), “A expressão “fase heroica” designa o período de trinta anos em que o IPHAN foi presidido pelo bacharel em Direito, jornalista e funcionário do alto escalão da administração pública Rodrigo

[...] as iniciativas educativas promovidas pelo IPHAN se concentraram na criação de museus e no incentivo a exposições; no tombamento de coleções e acervos artísticos e documentais, de exemplares da arquitetura religiosa, civil, militar e no incentivo a publicações técnicas e veiculação de divulgação jornalística, com vistas a sensibilizar um público mais amplo sobre a importância e o valor do acervo resguardado pelo órgão. [...] também apontou, em alguns artigos e discursos, para a importância da educação na preservação do Patrimônio Cultural. (IPHAN, 2014, p. 6)

Mas, no entanto, foi somente a partir da década de 1970, com a criação do Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, sob iniciativa e direção de Aloísio Magalhães⁷ que essa questão foi abordada de modo mais insistente, passando a existir então uma política de patrimônio cultural no Brasil. Temendo o fim do CNRC, Aloísio de Magalhães assumiu a presidência do IPHAN e levou com ele a equipe e os projetos do CNRC, com isso, houve o fortalecimento da noção de preservação da cultura popular, que anos antes, era defendida pelo ensaísta Mário de Andrade (SILVA JÚNIOR, 2016).

O Centro Nacional de Referência Cultural – CNRC, portanto,

[...] propugnava a formulação de um sistema de coleta, processamento e divulgação de informações, com o intuito de subsidiar o planejamento de ações e a futura instalação de um sistema de referência básico, e de abrangência nacional, de informações referentes à cultura brasileira. Assim, buscavam-se formas de aproximação com o ponto de vista dos sujeitos diretamente envolvidos na dinâmica da produção, da circulação e do consumo de bens culturais, reconhecendo-lhes o estatuto de legítimos detentores não apenas de um “saber-fazer”, como também o destino de sua própria cultura. Embora não tenha atuado diretamente com projetos na área de educação, as diretrizes teóricas e conceituais defendidas e o *modus operandi* adotado pelo CNRC favoreceram a instauração de parâmetros renovados para uma interlocução mais abrangente entre processos educacionais e preservação patrimonial (IPHAN, 2014, p. 7-8)

Entretanto, o termo Educação Patrimonial só passou a se configurar nas ações do IPHAN nos anos de 1980, quando chegaram ao Brasil algumas experiências britânicas que

Melo Franco de Andrade (Belo Horizonte, MG, 1898 – Rio de Janeiro, RJ, 1969). Com a criação de um Conselho Consultivo e o apoio de uma rede de colaboradores recrutada entre parte dos principais intelectuais modernistas, a política federal de preservação nesses anos se ancorou, sobretudo, na instrução de processos de tombamento de núcleos urbanos, edificações isoladas e bens imóveis, sob o amparo legal do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. É desse período o número mais expressivo de bens acautelados pelo órgão, com particular destaque para a arquitetura religiosa, civil e militar, de estilo barroco.”

⁷ Nascido em Recife no ano de 1927, Aloísio Sérgio Barbosa Magalhães, exerceu muitas funções, a saber, foi pintor, *designer*, gravador, cenógrafo e figurinista. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco. Além disso, obteve bolsas do governo francês e norte-americano para se aperfeiçoar nas áreas de museus e artes gráficas. Em 1975, inicia suas atividades como coordenador do Centro Nacional de Referências Culturais – CNRC, a partir disso, torna-se, um marco para a cultura brasileira. (IPHAN, 2014)

transformaram os museus e os patrimônios históricos em suportes de educação. Naquela mesma época, a Fundação Nacional Pró-Memória criou o projeto “Interação” que estabeleceu diretrizes do trabalho educativo com foco na cultura, relacionando Educação Básica com os diferentes contextos culturais existentes no Brasil e intencionava diminuir a distância entre a educação escolar e os lugares da memória, que são espaços promotores da multiculturalidade e, portanto, são lugares importantes para o exercício da tolerância, do reconhecimento do diferente e do respeito às diferenças, pois, em grande medida:

A proposta defendida pelo *Projeto Interação* consistia, de acordo com documentos disponíveis, no apoio à criação e ao fortalecimento das condições necessárias para que o trabalho educacional se produzisse referenciado na dinâmica cultural, reafirmando a pluralidade e a diversidade cultural brasileira. Partia da constatação da ineficácia de propostas pedagógicas que deixavam de levar em conta as especificidades da dinâmica cultural local e não correspondiam às necessidades de seu público-alvo. Em contraposição, procurava relacionar a Educação Básica com os diferentes contextos culturais existentes no país e diminuir a distância entre a educação escolar e o cotidiano dos alunos, considerando a ideia de que o binômio cultura-educação é indissociável. (IPHAN, 2014, p. 9)

Então, após uma longa caminhada com vistas a proteger o patrimônio cultural brasileiro e a busca por meios adequados para uma preservação efetiva, surge no Brasil a expressão Educação Patrimonial, em 1983, no *1º Seminário sobre o Uso Educacional de Museus e Monumentos*, realizado no Museu Imperial, em Petrópolis – Rio de Janeiro, cuja metodologia foi inspirada no modelo da *heritage education*, desenvolvida na Inglaterra. Contudo, a Educação Patrimonial só se efetivou no país anos mais tarde, quando Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro, criaram o Guia Básico de Educação Patrimonial⁸, no ano de 1996. Conforme Horta *et al* (1999), foi justamente a partir da experiência inicial por iniciativa do Museu Imperial, em Petrópolis (RJ), que a perspectiva da Educação Patrimonial foi reconhecida e, posteriormente, surgiram novas práticas e experiências desenvolvidas no país, acabando por culminar em resultados surpreendentes.

⁸ “Publicação pioneira na área, seu conteúdo resultou da sistematização dos fundamentos conceituais e práticos de uma série de capacitações itinerantes realizadas pelas autoras, preferencialmente, com técnicos das superintendências do IPHAN, professores e alunos da rede formal de ensino e agentes comunitários, na segunda metade dos anos 1980 e 1990, em diversos contextos e diferentes localidades do país. A partir de uma proposta metodológica que envolve quatro etapas progressivas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais (a saber: observação, registro, exploração e apropriação), as autoras reivindicam a natureza processual das ações educativas, não se limitando a atividades pontuais, isoladas e descontínuas.” (IPHAN, 2014, p. 13)

Mediante a isso, Evanilda Santos (2010), em sua pesquisa *Educação Patrimonial na Escola Ana Neri: Descobrendo o Patrimônio Cultural*, ressalta que até pouco tempo não eram abordados nos Parâmetros Curriculares questões que fossem relacionadas aos patrimônios, contudo, isso só foi revertido por meio de “mudanças dos conceitos de Patrimônio, Museu e Museologia, que, a partir da década de 1970, passou a atribuir às instituições culturais um caráter educacional” (SANTOS, 2010, p. 9). Eliana Rolim (2010), corrobora dessa afirmação ao evidenciar-nos que, no Brasil, a Educação Patrimonial ainda é considerada em desenvolvimento, porém já vem despertando o interesse de pesquisadores e instituições de pesquisas, destacando ser o Guia Básico de Educação Patrimonial um grande avanço e, também, o contexto da atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB.

Dito isso, vale destacar que o Guia Básico supracitado se tornou o principal material de apoio para o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN realizar suas ações educativas durante a década passada. Neste material, além das autoras apresentarem uma discussão ampla no que concerne à pluralidade do conceito de patrimônio cultural, elas destacam os aspectos metodológicos de apropriação, indicando possibilidades pedagógicas na reflexão sobre os bens culturais, ao passo que partem de quatro etapas progressivas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais, observação – que envolve exercícios de percepção visual e sensorial; registro – em forma de desenho, descrição verbal ou escrita; exploração – através de levantamento de hipóteses sobre o objeto investigado; e apropriação – que envolve a recriação, a dramatização e demais formas de releitura do objeto, fenômeno, ou monumento, observado (IPHAN, 2014).

E então, desde 2014 o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, vem implantando ações que objetivam motivar discussões teóricas e práticas em torno da Educação Patrimonial. Por este motivo foi que, em 2015 o IPHAN publicou o volume 1 dos “Cadernos do Patrimônio Cultural”, cuja temática central foi exatamente a “Educação Patrimonial”, apresentando como um dos objetivos centrais a fruição e a preservação dos patrimônios materiais e imateriais, móveis e imóveis, públicos e privados brasileiros. E, por esse material, os técnicos do IPHAN observam que a educação, formal e informal, desenvolvida por meio das interpretações dos objetos, documentos impressos e manuscritos, obras de arte e objetos de cultura material podem revelar a importância da salvaguarda desses acervos, proporcionando a gerações futuras o sentimento de pertencimento a uma dada sociedade ou grupo social e, também, o conhecimento das identidades múltiplas, podendo ser nesse aspecto um suporte para o exercício da cidadania.

Pois bem, é acerca dessa perspectiva que, a partir de agora, iremos adentrar na Cidade de Cajazeiras- PB, com vistas a preservação do seu patrimônio arquitetônico...

1.2 Entre a lei e o descaso: um olhar sobre o patrimônio arquitetônico de Cajazeiras-PB.

“A cidade é como um texto: ela pode ser lida! Em seus fragmentos e em seus territórios, estão retidas uma diversidade de linguagens, as quais podem tornar-se textos, textos de cultura. Seus traços materiais e sua paisagem de símbolos constituem-se como objetos, perpassados por vários fluxos, os quais o historiador deve anunciar.”

(Osmar Luiz da Silva Filho)

Por vezes não imaginamos o quão rica é a cidade. O seu patrimônio é um requisito básico que, por ser signo de memória, guarda em sua materialidade lembranças que tendem a ser suscitadas e evocadas pelos diferentes atores sociais (ROLIM, 2010). Assim, pois, o patrimônio arquitetônico de Cajazeiras deve ser compreendido como registros que são suportes da memória cajazeirense, visto que:

As edificações antigas compõem, e contam [...] a história e a memória de um lugar. Elas falam de pessoas e de seus costumes, através de suas paredes e formas, adornos e materiais; revelam tecnologias de um tempo há muito passado, e maneiras de se viver a cidade que se encontram em nosso imaginário coletivo. São testemunhos vivos e arquivos da memória, como livros em forma de construção, que podem ser abertos, lidos e estudados. (SOBOTA; BALDINI; RODRIGUES, 2019, p. 2)

Fundada em meados do século XIX, a cidade de Cajazeiras firmou-se como núcleo econômico, político, social e cultural a partir da construção de um colégio, um açude e uma Igreja em volta da primeira casa erguida nesta localidade, a casa grande da fazenda Cajazeiras, de propriedade de Vital de Sousa Rolim e Ana Francisca de Albuquerque, pais do Padre Inácio de Sousa Rolim – considerado pelos memorialistas locais como o fundador de Cajazeiras. Portanto, foi de casa de fazenda à povoado, de povoado à Vila e de Vila à categoria de cidade de Cajazeiras, que se formou esta cidade, uma das mais progressistas do Alto Sertão Paraibano até a primeira metade do século XX (SOUZA, 1981).

Entre os anos de 1920 e 1940, Cajazeiras viveu um *boom* urbano e comercial embalado pelo movimento de modernização dos centros urbanos, já iniciado na Europa desde o século XIX - com as imposições de transformações nas relações sociais, culturais e econômicas advindas da segunda onda da Revolução Industrial; e que no começo do século XX chegou no

Brasil, provocando importantes transformações na distribuição do espaço urbano de grandes cidades brasileiras.

Destarte, os prédios e casarões que foram construídos nas ruas centrais durante as primeiras décadas do século XX, serviram de instrumentos para a construção do discurso da cidade como um espaço de modernidade e civilidade. Além disso, Cajazeiras – que ganhara a fama popular da “cidade que ensinou a Paraíba a ler”, culturalmente era assistida pela inauguração de jornais locais como: O Pátria Jornal, O Rebate, O Sport, O Rio do Peixe, O Estado Novo, a Revista Flor de Liz, entre outros (SOUZA, 1981, p. 187-188). Além dos jornais, também chegou à cidade, o cinema, o futebol, o automóvel e os clubes recreativos. A década de 1930, mostrou-se marcante devido à reformulação do espaço cajazeirense, observada no melhoramento das ruas e suas construções imponentes. Nesta mesma década, Cajazeiras já contava com os seguintes investimentos comerciais: uma concessionária da Chevrolet, uma agência da Ford, e uma agência do Banco do Brasil.

Nitidamente, iniciava-se uma transição na urbe cajazeirense “onde o velho pass[ou] a conviver com o novo, o tradicional pass[ou] a conviver com o moderno” (SILVA FILHO, 1999, p. 293). Portanto, aos olhos da comunidade cajazeirense, a cidade estava envolvida em um progresso econômico-social, e o que estava havendo, nesse período, era uma urbe em transformação, haja vista que a cidade é um elemento que pulsa, se modifica e se transforma.

Dito isso, as marcas desse tempo pujante, pelo menos aquelas que resistiram às intempéries do tempo e ao descaso humano, foram reconhecidas, em 2004, quando o então Governador da Paraíba, Cássio Cunha Lima, homologou o Decreto nº 25.140 de 28 de junho de 2004, pelo qual estabeleceu a delimitação do centro histórico de Cajazeiras, contornando:

O açude grande, seguindo as Ruas Coronel Guimarães, Manuel Mariano, Juvêncio Carneiro, Geminiano de Sousa, Victor Jurema, contornando a quadra do Colégio Nossa Senhora de Lourdes, através da Rua Barão do Rio Branco, contornando a Praça José Guimarães até a Rua Padre Ibiapina, perfazendo o contorno de todo o Colégio Diocesano, ficando estas áreas sob a jurisdição do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba – IPHAEP. (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, Decreto n. 25.140, de 28 de junho de 2004)

E ainda pelo mesmo decreto, considerando a delimitação do centro histórico de Cajazeiras, foram tombadas as seguintes construções, objetos principais de investigação para esta pesquisa: Cajazeiras Tênis Clube, Praça e Matriz de Nossa Senhora de Fátima, Praça Mãe Aninha, Colégio Nossa Senhora de Lourdes, Colégio Diocesano, Catedral de Nossa Senhora da

Piedade, Palácio Episcopal, Praça Cardeal Arco Verde, Prefeitura Municipal e Praça João da Mata, Seminário Nossa Senhora da Assunção e o Colégio de Nossa Senhora do Carmo.

Conforme explica Eliana Rolim (2010), entre os imóveis que estão no limite do tombamento, algumas construções destacam-se não apenas por suas belezas e detalhes arquitetônicos da época, mas, sobretudo, por abrigar parte das memórias e da história local, que trouxeram à Cajazeiras ideias de modernidade, perpassando o imaginário social local da época. Além disso, é importante registrar que os prédios erguidos na cidade foram projetados e construídos sob orientação dos saberes informais dos construtores⁹, principais personagens do processo da modernização urbana e, portanto, na mudança da paisagem de Cajazeiras, que foi de fazenda à categoria de cidade¹⁰.

À vista disso, verificamos que os elementos estéticos, a riqueza dos detalhes, e as técnicas empregadas na construção dos edifícios do centro histórico de Cajazeiras, vão muito além do que se vê através de uma fachada, visto que o conhecimento empregado na elaboração e confecção destas obras inclui aspectos singulares, como o uso de adornos imponentes, afrescos, janelas, grades, portões e jardins repletos de informações, não somente estéticos e sobre a distribuição do espaço, mas também sobre a forma de organização social.

Estas obras não se resumem, portanto, apenas à esfera da decoração e do embelezamento, para além disso, devem ser compreendidas também como importantes fontes sobre o mundo do trabalho e das tradições culturais. Logo, percebemos que não é à toa que estas construções habitam o imaginário popular. Cenário de romances em obras de literatura, palco da ambientação de narrativas populares, alvo de olhares atentos e curiosos dos mais diversificados observadores, essas construções fazem parte da história e memória dos moradores e visitantes da cidade.

Diante disso, é evidente que a cidade de Cajazeiras possui um importante conjunto arquitetônico com prédios que datam dos anos de 1920 a 1940, localizados no centro histórico da cidade e tombados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba - IPHAEP. Entretanto, embora assegurados pelo Decreto Governamental de 25.140, de 28 de junho de 2004 – que normatizou a preservação do centro histórico da cidade, segundo a

⁹ Até meados dos anos de 1950, era comum no Brasil a utilização dos termos construtor e mestre de risco utilizados para designar as pessoas que projetavam e construía as edificações. Esses trabalhadores também eram chamados de mestres pedreiros, denominações herdadas das antigas corporações medievais, cuja técnica provinha do saber de experiências. (TELLES, 1984, vol. 2)

¹⁰ Importante ressaltar que no Brasil, até a primeira metade do século XX - mesmo D. Pedro tendo regulamentado a profissão de engenheiro no século XIX -, mas os engenheiros direcionavam seus conhecimentos, principalmente, para a construção de ferrovias e açudes, ficando a construção de casas ou edifícios públicos a cargo dos mestres de obra. (TELLES, 1984, vol. 1). Por este motivo, concluímos que foi por isso que não encontramos as plantas dos edifícios históricos de Cajazeiras.

historiadora Eliana de Souza Rolim (2010) em *Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras - PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial*, mas o que se constata é uma contínua degradação do patrimônio arquitetônico.

Ainda conforme a autora, a explicação para esse processo de degradação da cidade de Cajazeiras, ocorreu entre os anos de 1980 e 1990, quando houve “um momento de efervescência no que se refere ao crescimento comercial, urbano e imobiliário” em Cajazeiras (ROLIM, 2010, p. 3). Logo, o patrimônio arquitetônico vem se perdendo ao longo do tempo com o crescente processo de transformação urbana e a especulação imobiliária.

Outrossim, o historiador Francisco Álisson de Oliveira (2015) na pesquisa *Patrimônio Material de Cajazeiras - PB: Discurso Além do Concreto e Cimento* corrobora com Eliana Rolim (2010), ao informar que:

Desde que o Centro Histórico local foi demarcado, parte da população e do poder público da cidade de Cajazeiras continua demonstrando estarem sob o efeito do desinteresse em manter a preservação daquele que foi escolhido como um importante lugar na memória coletiva e histórica do município. Como cidade polo que é, Cajazeiras também sofre as “consequências” destas mudanças no setor econômico-político-social e urbano que o crescimento populacional e a expansão do seu centro e bairros adjacentes provocam. A prova disso reside em observar como são conduzidas as reformas nas estruturas das construções antigas do centro da cidade, que muitas vezes ocasionam recortes profundos na estrutura original das edificações. (OLIVEIRA, 2015, p. 46-47).

Ao dialogarmos com estas respectivas pesquisas, Rolim (2010) e Oliveira (2015), observamos que, mesmo estando protegido por lei, o patrimônio arquitetônico cajazeirense encontra-se ameaçado, tendo em vista as descaracterizações dos imóveis e o descaso por parte dos órgãos competentes, e, também, da própria população, conforme esses autores nos evidenciam.

Acerca disso, vale lembrar que, no Brasil, as leis atualmente em vigor e em nossa Constituição Federal de 1988, constam o preceito de ser dever do Estado preservar o patrimônio cultural nacional. É a Constituição Federal, portanto, que dá legitimidade ao Tombamento e a preservação dos bens culturais da nação e, além de definir o patrimônio cultural, a Carta Magna delega em seus artigos as responsabilidades do poder público e da comunidade frente à preservação do patrimônio definido (SILVA JUNIOR, 2016). Portanto, a partir da Constituição Federal de 1988, é possível enxergar avanços no que concerne à preservação do patrimônio cultural brasileiro, uma vez que, através dela, foi então concedido às classes populares o direito de preservarem seus bens culturais, tanto os tangíveis quanto os intangíveis, pois

A Constituição salienta que são objeto de proteção do Governo brasileiro bens pertencentes a todos os segmentos sociais, sejam representativos das elites, sejam das camadas populares, sejam de grupos ou etnias como os imigrantes, a cultura indígena ou negra. Importa é que façam parte de nossa história e ajudem a identificar o que é o Brasil. (MARIANI, 1992 *apud* SILVA JUNIOR, 2022, p. 29)

Em vista disso, ressaltamos que, conforme Oliveira (2015), em termos nacionais, temos o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, como órgão responsável pelo registro, tombamento, proteção e fiscalização dos distintos tipos de patrimônios. Por sua vez, no tocante ao Estado da Paraíba, essas atribuições, a saber, as fiscalizações e medidas que busquem zelar e proteger o patrimônio histórico e artístico local competem tanto ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico da Paraíba – IPHAEP, quanto ao IPHAN, visto que este órgão de caráter nacional, possui uma superintendência em cada Estado.

Nesse sentido, é importante ressaltarmos que se trata da proteção do patrimônio cultural de cláusula pétrea da Constituição Federal, sendo vedada sua supressão ou prejuízo por emenda constitucional. Além da proteção pelo Estado, a proteção do patrimônio histórico poderá se dar pela sociedade, por meio de propositura de ação popular individualmente por qualquer cidadão ou coletivamente, conforme art. 5º, inc. LXXIII, da Constituição Federal¹¹. A Carta Magna do Brasil, ao tutelar o patrimônio histórico brasileiro, estabelece em seu Art. 216 que:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:

- I - as formas de expressão;
- II - os modos de criar, fazer e viver;
- III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais;
- V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

§ 1º O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Nesses termos, também observamos que foi, sobretudo, pelo Art. 216 da Constituição Federal de 1988, que houve uma ampliação no tocante ao conceito de patrimônio cultural. Foi

¹¹ “[...] qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência;”

justamente a partir dessa ampliação, que passou a existir uma maior diversificação dos instrumentos de proteção e, também, o envolvimento de novos fatores sociais. Ademais, faz-se necessário frisar que a Carta Magna fornece amparo legal para a proteção do patrimônio cultural, mas, a administração pública, tanto em âmbito nacional quanto estadual, deve zelar pela preservação através de seus órgãos fiscalizadores. O município e a população também devem proteger e salvaguardar seus patrimônios.

Sendo assim, diante da responsabilidade cultural que a legislação orienta, observamos que a preservação do patrimônio cultural é uma obrigação de toda a sociedade civil. Além disso, seria demasiadamente simplista alegar que o patrimônio é somente o produto do conhecimento do passado, sendo o ato do tombamento a garantia efetiva de sua permanência e existência dentro do cenário da cidade. Cabe ressaltar o imensurável valor histórico que as edificações compreendem, fazendo-se necessário refletir sobre o uso destes monumentos no presente e pensarmos ainda sobre o porquê preservar.

Contudo, no que concerne ao centro histórico da cidade de Cajazeiras, compreende-se que o IPHAEP, órgão a quem compete zelar, fiscalizar e preservar os bens patrimoniais, deixa muito a desejar, inclusive a própria comunidade. Partindo disso, Rolim (2010) informa da necessidade de materiais didáticos para uma conscientização da população sobre os seus bens patrimoniais, e ressalta ser necessário em caráter de urgência debates com órgãos públicos e privados que estejam afim de valorizar a memória, a história e a cultura histórica local, esclarecendo que se faz necessária a existência de um maior engajamento tanto da comunidade escolar quanto da sociedade em geral.

Mas, Silva Junior (2016) *apud* Martha Abreu (2007), nos alerta que, apesar das discussões acerca do patrimônio cultural serem democráticas e transformadoras, quando nos remetermos à cultura, este é um campo conflituoso, e destaca que, para a garantia e permanência de um bem, seja ele tangível ou intangível, é necessário que o compromisso de o preservar seja reiterado e renovado a cada geração. Notadamente, reconhecer a importância da sustentabilidade cultural e sua interface com a valorização e defesa do patrimônio histórico, cultural, artístico, arqueológico e paisagístico, não nos parece uma tarefa simples, porém se faz extremamente necessária! Assim como o direito de acesso à informação e ao conhecimento, o patrimônio tem relação direta com o saber e o bem-estar de todas as pessoas.

No entanto, em Cajazeiras, quando o assunto é preservar o patrimônio cultural material local, tudo parece ser difícil. Mas, reiteramos que, "Quanto mais esclarecida for uma sociedade sobre a importância do seu patrimônio histórico material, maiores as chances desse acervo sobreviver às ações do tempo e do interesse da especulação imobiliária vigente" (OLIVEIRA,

2015, p. 40). Nesse sentido, acreditamos que não basta apenas tombar o patrimônio histórico, visto que, antes de tudo, é preciso, pois, pensar em como protegê-lo. Assim, mostra-se necessário em caráter de urgência uma efetiva política pública educacional acerca do esclarecimento historiográfico dos respectivos bens patrimoniais da cidade de Cajazeiras.

Isto posto, vale citar que a década de 1990 mostra-se marcante no que tange às mudanças ocorridas no campo da educação brasileira, e um grande destaque é a criação e implementação da Lei de Diretrizes e bases da Educação – LDB, em 1996, e também a elaboração dos parâmetros curriculares nacionais – PCNs, lançados em 1998. Logo, concordamos com Rolim (2010, p. 19) quando a mesma afirma que “Embora esses dispositivos legais não façam referência direta à questão didática relacionada à Educação Patrimonial, eles abrem precedentes para a implementação da disciplina nos currículos oficiais do sistema de educação básica ou como educação informal”. No entanto, hoje, apesar de os PCNs não estarem mais em vigor, a Base Nacional Comum Curricular – BNCC destaca a relevância de se trabalhar assuntos relacionados ao patrimônio e sua preservação, pois:

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora (BRASIL, 2017, p. 19).

Sabemos que, para muitos historiadores, “No século XIX quando a história surgiu como saber especializado, sua função era a da formação da identidade nacional, ideal perseguido também no século XX” (SILVA, 2018, p. 14). Obviamente, naquela época não se devia esperar uma posição imparcial do ensino de História, pois o poder e as tramas políticas a utilizavam para manipular fatos. Sobre isso, vale citar que

Sobretudo após 1968, o ensino de História afirmou-se como instrumento de poder, de dominação, estratégia política do Estado. Esse fato não era inédito nem algo característico do nosso país. A História como disciplina formativa, pode manipular fatos, acontecimentos, histórias, dados que são variáveis importantes na correlação de forças [...]. Nesse sentido, o ensino na educação escolar básica, que forma crianças e jovens, esteve submetido à lógica política do governo. (GUIMARÃES, 2012 *apud* SILVA, 2018, p. 14)

Mas, a duras penas, o cenário do ensino de História alcançou mudanças significativas, ao passo que, nos dias atuais, “a história ensinada mostra-se de extrema importância para levar a cabo uma das premissas básicas do ensino básico que é estimular o pensamento crítico”

(SILVA, 2018, p. 15). Assim, o ensino de História deve, também, propor “uma forma dinâmica e criativa da escola se relacionar com o patrimônio histórico e cultural de sua localidade e, partindo dessa ação, ampliar o entendimento de diversos aspectos que constituem nosso patrimônio, assim como a formação cidadã e identitária dos nossos alunos” (SILVA JUNIOR, 2016, p. 51). É importante ressaltar que, assim como ocorreu com o ensino de história, sobretudo durante a primeira metade do século XX, o patrimônio cultural, também foi instrumento de poder e de manipulação das tradições culturais, que se pretendia branca, civilizada e cristã. Por essa razão, segundo Sônia Florêncio:

A Educação Patrimonial deve ser tratada como um conceito basilar para a valorização da diversidade cultural, para a definição de identidades e de alteridades no mundo contemporâneo, e como um recurso para a afirmação das diferentes maneiras de ser e de estar no mundo. O reconhecimento desse fato, certamente, inserido em um campo de lutas e contradições, evidencia a visibilidade de culturas marginalizadas ou excluídas da modernidade ocidental, e que são fundamentais para o estabelecimento de diálogos interculturais e de uma cultura de tolerância com a diversidade. (FLORÊNCIO, 2015, p. 24)

É notório que várias leis amparam a proteção do patrimônio cultural material e imaterial, seja ele nacional, regional ou local. Mas, ainda assim, conforme (LONDRES, 2011 *apud* SILVA JUNIOR, 2016, p. 25) “a adesão da sociedade – vale dizer, dos diferentes grupos sociais que compõem as nações modernas – à prática da preservação de bens culturais tem sido considerada o grande desafio a ser enfrentado no século XXI”.

À vista disso, conforme observamos nas leis supracitadas, desde a década de 1990, já se discute sobre Educação Patrimonial no Brasil. Temos uma constituição que no seu artigo 216 prevê o direito à cultura, sendo este direito reforçado na LDB de 1996, mas, no entanto, na cidade de Cajazeiras, não há uma discussão efetiva sobre Educação Patrimonial nos espaços formais de ensino, muito menos no espaço informal. Sendo assim, ressaltamos que educar no sentido mais amplo a população em vista a uma preservação efetiva dos bens culturais, sem dúvidas, mostra-se ser um grande desafio. Mas não é impossível!

Acerca disso, pontuamos termos consciência que cada sociedade tem suas próprias diretrizes e características e não necessariamente ela tem que permanecer como uma cópia fiel do passado, mas, é necessário a preservação do seu patrimônio, tanto dos elementos tangíveis quanto intangíveis, para resguardar a memória daquilo que identifica os grupos pertencentes àquela comunidade, somente assim, será possível garantir às futuras gerações o direito de conhecerem e se sentirem pertencentes à determinada sociedade, através da própria identidade

cultural, que mesmo passando por adaptações, faz-se necessário se manterem vivos, mesmo que alterados, os seus usos e costumes (LEMOS, 2000).

Assim sendo, vale ressaltar que a proteção do patrimônio edificado cajazeirense é garantida por lei, mas, no entanto, é visível que, em Cajazeiras, essa proteção está sendo “sonogada” por quem compete protegê-lo, a saber, pelo âmbito estadual, municipal e, também, pela própria população local. Então, diante da realidade em que se encontra o patrimônio edificado e tombado do centro histórico cajazeirense, torna-se de suma importância investigar meios que sejam eficientes para a preservação desses bens, conseqüentemente para a salvaguarda da memória local.

Para que isso ocorra, uma das alternativas é a Educação Patrimonial, pois conforme nos afirma Saballa (2007) a “educação patrimonial no currículo da educação formal auxilia na criação de vínculos entre a escola e o meio social”, considerando que esta educação como processo educativo aplicado na sala de aula, “[permite] priorizar práticas pedagógicas que envolvam a comunidade, possibilitando descobertas e partilha de conhecimentos elaborados e adquiridos” (SABALLA, 2007, p. 24). Este trabalho, portanto, é exatamente uma possibilidade de oferecer um instrumento que possa ser usufruído pela comunidade cajazeirense, cuja finalidade é tentar aproximá-los da sua herança cultural, visando a sua preservação, pois partimos do princípio de que o patrimônio reflete as características sobre a História da cidade e o modo de vida dos seus habitantes, e a destruição deste, acarretará o esquecimento de parte da identidade cultural.

Em vista disso, é preciso preservar tais edificações para que as futuras gerações possam conhecer as Histórias de Cajazeiras, criar laços de identidade com esta, e, a partir disso, construir um sentimento de pertencimento com o seu lugar de origem, visto que, envolver a comunidade escolar com a temática da Educação Patrimonial é um dos primeiros passos para que haja uma conscientização da população sobre a relevância do seu patrimônio, e um site educativo com registros documentais torna-se uma ferramenta pedagógica relevante nesse processo, além de estar democratizando o conhecimento para a população em geral.

Dito isso, a seguir, apresentaremos como deu-se a identificação da inexistência de políticas públicas de Educação Patrimonial na cidade de Cajazeiras e a criação do site...

2. CAPÍTULO II - DAS PÁGINAS À PESQUISA *IN LOCO*: O PERCURSO TRILHADO PARA O CONHECIMENTO – VIVÊNCIAS

“A memória dos habitantes que faz com que eles percebam, na fisionomia da cidade, sua própria história de vida, suas experiências sociais e lutas cotidianas [...], sem a memória não se pode situar na própria cidade, pois perde-se o elo afetivo que propicia a relação habitante-cidade, impossibilitando ao morador de se reconhecer enquanto cidadão de direitos e deveres e sujeito da história.”

(Ricardo Oriá)

Enxergar o patrimônio arquitetônico como o enxergo hoje, foi uma construção gradativa, que teve início a partir dos estudos realizados acerca do Projeto de Pesquisa *O desenho da cidade: o patrimônio edificado de Cajazeiras – PB (1920 a 1940)* – vinculado ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC, fomentado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq, e institucionalizado na Universidade Federal de Campina Grande (Centro de Formação de Professores – Unidade Acadêmica de Ciências Sociais – Curso de Licenciatura Plena em História), vigência 2020/2021, do qual fui pesquisadora bolsista.

Dito isto, é válido salientar que esse projeto trouxe-me ganhos significativos no que tange a minha caminhada acadêmica e pessoal, pois sempre me vi deslumbrada pelas obras arquitetônicas, no entanto, eu não tinha noção do conhecimento básico sobre patrimônio. Então, a luz das bibliografias recomendadas pela coordenadora da pesquisa e minha orientadora, professora Dra. Janaína Camilo, e nossas discussões, estas, foram substanciais para a minha compreensão.

Iniciei a jornada de aprendizagem. Compreender o conceito de patrimônio, o que é um patrimônio arquitetônico, o que é um bem imóvel, o que é um patrimônio material, ou ainda, por que e como preservar o patrimônio, a partir das bibliografias, foi o pontapé inicial para esta que vos escreve.

Diante disso, faz-se pertinente um relato da minha experiência durante a vigência da Iniciação Científica para que eu possa discorrer sobre os caminhos percorridos para se chegar aos resultados obtidos sobre a situação que se encontra o patrimônio material tombado da cidade de Cajazeiras e, além disso, a falta e, por consequência, necessidade de uma Educação Patrimonial efetiva na cidade, cujos problemas foram relatados e afirmados no capítulo anterior. Sem mais delongas, vamos ao relato!

Inicialmente, é importante ressaltar que o início desta pesquisa ocorreu em um período em que o mundo inteiro passava, desde março de 2020, por um processo doloroso e ambíguo de perdas e, também, de aprendizagem e adaptação, em decorrência da pandemia declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), devido ao surgimento do novo Coronavírus. Trata-se de um vírus altamente perigoso e letal para a humanidade e, diante dessa difícil situação, as atividades acadêmicas presenciais da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, foram suspensas pela necessidade de mantermos o isolamento social. Sendo assim, foi preciso adaptar as atividades acadêmicas às novas tecnologias que viabilizam remotamente o ensino, a pesquisa e a extensão. Sendo assim, nossas atividades relacionadas a pesquisa e discussão dos textos e estudos das fontes documentais, foram realizadas remotamente, exceto a visita ao centro histórico de Cajazeiras.

Feito esse desabafo, pontuo que este projeto, em termos metodológicos, partiu de uma pesquisa de cunho qualitativo, uma vez que pretendeu-se buscar fontes que apresentassem possibilidades de pensar a Educação Patrimonial para as escolas de Cajazeiras. Seguindo essa perspectiva, Minayo (2014, p. 57) aponta que este método “[...] é o que se aplica ao estudo da história, das relações, das representações, das crenças, das percepções e das opiniões, produtos das interpretações que os humanos fazem a respeito de como vivem, constroem seus artefatos e a si mesmos, sentem e pensam”. Ainda nessa ótica, Santos (2010, p. 16) ressalta que “A pesquisa qualitativa fornece uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais, apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social, visto que foca fenômenos complexos e/ou fenômenos únicos”.

Isto posto, o nosso objetivo geral foi estudar os patrimônios materiais edificados tombados no centro histórico de Cajazeiras, motivando ações de Educação Patrimonial que viabilizem a preservação das edificações tombadas a partir da investigação da história da cidade, suas influências arquitetônicas e as personagens envolvidas no processo de modernização urbana. A imagem a seguir permite a visualização da delimitação do centro histórico.

Imagem 1. Delimitação do centro histórico em planta baixa



Fonte: Acervo: IPHAEP e Fundação de Cultura Ivan Bichara. In: SILVA; FERREIRA; CAMILO, 2020, p. 713

Então, a execução do projeto aconteceu em três etapas, a saber, primeiramente, procedemos as pesquisas documental e bibliográfica sobre a História de Cajazeiras e os patrimônios culturais materiais tombados. No segundo momento, por meio de pesquisa *in loco*, realizamos o levantamento da situação de preservação e/ou salvaguarda dos prédios. No terceiro momento, produzimos um site para registro documental sobre a história dos edifícios tombados que possa servir de apoio para ações de educação patrimonial, nas instâncias dos ensinos formal e informal. Portanto, este trabalho monográfico é fruto desta respectiva pesquisa.

2.1 Memórias de uma iniciante à pesquisa histórica

De início, debruçar-me sobre as leituras referentes à História Cultural, a cidade de Cajazeiras, Patrimônio e Educação Patrimonial, foi imprescindível. Então, o movimento inicial

foi a realização de pesquisas bibliográfica¹² e documental, esta última, realizada no acervo fotográfico particular da professora Eliana Rolim¹³, posteriormente, as leituras, resenhas e discussões do material bibliográfico de referência para este estudo. Por conseguinte, identificamos alguns livros e pesquisas acadêmicas que serviram como aporte para a formação de uma base teórico-metodológica sobre os estudos acerca dos conceitos trabalhados pela História Cultural como os de memória, identidades culturais, representações, patrimônio cultural e educação patrimonial, os quais, como sabemos, se articulam com diferentes áreas das ciências sociais aplicadas.

Nesse sentido, faz-se relevante mencionarmos as principais obras que foram lidas e discutidas: *O que é história cultural* (BURKE, 2005); *A nova história cultural* (BARROS, 2011); *História e memória* (LE GOFF, 1990); *Alegoria do patrimônio* (CHOAY, 2014); *Guia Básico de Educação Patrimonial* (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999); *Educação patrimonial: histórico, conceitos e processos* (IPHAN, 2014); *O que é Patrimônio Histórico* (LEMOS, 2000). Estas leituras foram basilares para a minha compreensão sobre a História Cultural e a relação com o Patrimônio Cultural.

Enquanto isso, para uma maior familiarização com os objetos da nossa investigação, nossas análises foram pautadas em livros memorialistas, monografias, dissertações, artigos e teses, que apresentam aspectos relevantes sobre a história da cidade de Cajazeiras, dentre os quais podemos citar: a tese de doutorado do professor e historiador Osmar Luiz da Silva Filho – *Na Cidade da Parahyba, o percurso e as tramas do moderno* (SILVA FILHO, 1999); A dissertação de mestrado da Professora e Historiadora Eliana de Souza Rolim – *Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras – PB: memória, políticas públicas e educação patrimonial* (ROLIM, 2010); A monografia do historiador Francisco Álisson de Oliveira – *Patrimônio Material de Cajazeiras – PB: Discurso Além do Concreto e Cimento* (OLIVEIRA, 2015); e os artigos – *Museu da Cultura em Cajazeiras-PB: Arquitetura e memória* (GONÇALVES, 2018); *Documentando o patrimônio arquitetônico religioso de Cajazeiras – PB* (DINIZ et al., 2019).

Diante do citado, é pertinente destacar que um dos primeiros resultados alcançados na pesquisa, foi percebermos que o estudo do patrimônio cultural de Cajazeiras ainda se recente de pesquisas acadêmicas, uma vez que, estas pesquisas supracitadas, foram as únicas que

¹² Procedemos a pesquisa na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (<http://bdtd.ibict.br/vufind/>), no banco de monografias de UFCG: ([Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da UFCG: Página inicial](#))

¹³ Como já foi mencionado, o vasto acervo fotográfico utilizado pertence ao arquivo pessoal da mesma, que gentilmente nos cedeu e nos auxiliou durante a pesquisa. Importante registrar, ainda, que esta pesquisa documental do acervo particular da Profa. Eliana Rolim, foi a única realizada para esta pesquisa, haja vista que o contexto pandêmico inviabilizou o acesso a instituições de pesquisa que, por medidas sanitárias, foram fechadas.

encontramos acerca do patrimônio histórico edificado da cidade cajazeirense. Todavia, vale destacar que não podemos deixar de registrar a importância dos trabalhos já produzidos sobre a sua história, a cultura, e o seu patrimônio, tendo em vista que as bibliografias disponíveis foram fundamentais para nos subsidiar nessa pesquisa.

E em relação aos livros memorialistas, listamos: *Cajazeiras nas crônicas de um mestre escola* (SOUZA, 1981), *As Cajazeiras que eu vi e onde vivi* (COSTA, 2013), *O inventário do tempo: memórias* (LEITÃO, 2000), e *Ruas de Cajazeiras* (LEITÃO, 2005). Nos seus escritos, esses cronistas relatam o crescimento comercial e urbano ocorrido na cidade, principalmente durante os anos de 1920 a 1940, período condizente ao recorte temporal que circunscreve a pesquisa.

Dada essa explanação geral no que concerne às principais leituras realizadas, é pertinente frisar que partimos do pressuposto que esta pesquisa está diretamente ligada à História Cultural, uma vez que por meio desta, considerando as duas primeiras décadas do século XX, ela me permitiu observar o processo de urbanização de uma cidade no Alto Sertão Paraibano – Cajazeiras – PB, por promover o necessário diálogo interdisciplinar dos estudos sobre o patrimônio, indo ao encontro dos pressupostos temáticos e conceituais iniciados pela historiografia francesa, especificamente, a Escola dos Annales, nas décadas de 1920 e 1930.

Mediante a isso, fundamenta-se na reflexão historiográfica consolidada sobre a reprodução social do tempo histórico e da memória, garantindo ao mesmo tempo a abertura e a consistência para a pesquisa diante da extraordinária diversidade de objetos que podem contar a História das gentes e dos lugares de Cajazeiras, pois conforme Roger Chartier, a História Cultural “tem por principal objeto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos, uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler” (CHARTIER, 1988, p. 16-17).

Dito isto, partimos do princípio que a palavra cultura remete ao termo polissemia¹⁴, visto que a ampliação do conceito de cultura propiciada em 1980 pela Nova História Cultural (NHC), suscita o diálogo entre a historiografia e diversos campos da ciência, principalmente pela antropologia, como também a sociologia, psicologia, política, entre tantos outros. Assim, cabe pontuar que a noção de cultura está sempre em profunda transformação diante das circunstâncias que o presente pode nos oferecer.

¹⁴ É o conceito aplicado a algo que tem muitos significados com várias finalidades, e que pode mudar a partir de perspectivas distintas.

Nesse sentido, conforme explicações de Peter Burke (2005), a definição sobre o que é história cultural torna-se tão difícil, justamente por ela ser multidisciplinar, tal como interdisciplinar, permitindo sempre a reinvenção de conceitos para os historiadores culturais. José D'Assunção Barros (2003), por sua vez, nos esclarece que quando o assunto é cultura, ele a entende como prática e comunicativa, ao evidenciar-nos que:

Ao existir, qualquer indivíduo já está automaticamente produzindo cultura, sem que para isto seja preciso ser um artista, um intelectual ou um artesão. A própria linguagem, e as práticas discursivas que constituem a substância social, embasam esta noção mais ampla de cultura. (BARROS, 2003, p. 146).

Sendo assim, por trás da fria materialidade das edificações tombadas de Cajazeiras, há memórias que contam as Histórias da cidade, dos sujeitos, das gentes de Cajazeiras, logo, as edificações tombadas nesta respectiva cidade devem/necessitam ser preservadas por serem lugares de memórias. Para Le Goff (1990), a memória como conceito essencial para a história, articula-se a identidades individuais ou coletivas, possibilitando o vislumbre das transformações da cidade moderna. Portanto, a memória, como um ato de recordar, retrata as vivências das pessoas em um determinado espaço e tempo, e dessa forma, pensar na história da cidade por trás das edificações, implica em pensar na mesma como lugares de memórias múltiplas para os cajazeirenses, por nelas estarem contidas relações sociais, tradições culturais, memórias e identidades culturais.

Mas, Burke (2005, p. 33) alerta que o estudo da memória se deve à dispersão sobre aquilo que a sociedade é ou já foi no passado, tendo sua identidade ameaçada devido à “aceleração das mudanças sociais e culturais [...]”. Nesse sentido, a realidade presente em Cajazeiras no que concerne à situação do patrimônio material tombado, vai ao encontro das premissas de Burke, visto que o descaso, aparentemente, já é naturalizado por parte da sociedade cajazeirense. Conviver com o antigo, na maioria das vezes, é sinônimo de atraso. Então, se não há por parte da sociedade um sentimento de pertencimento, uma identidade cultural com sua cultura material, automaticamente não há preservação. Sendo assim, é notória a relevância do debate sobre a memória na História, no sentido de que a memória possui “uma função decisiva no processo psicológico total: a memória permite a relação do corpo presente com o passado e, ao mesmo tempo, interfere no processo ‘atual’ das representações” (BOSI, 1994, p. 46-47).

Portanto, mais uma vez, ponderamos que urge para a cidade cajazeirense, práticas efetivas de preservação dos monumentos históricos, visto que as bibliografias disponíveis

referentes ao patrimônio edificado dessa respectiva urbe nos evidenciaram isso, assim como também isso nos foi perceptível durante a visita *in loco*, conforme relatarei a seguir...

2.2 Além da fria materialidade: visita *in loco* e o patrimônio de pedra e cal em foco

Após a leitura e compreensão de uma base teórica consistente, foi realizado o estudo de campo, pois precisávamos observar a situação que se encontravam as edificações tombadas, e, além disso, fotografá-las. Logo, essas fotografias eram necessárias para serem utilizadas, posteriormente, na construção do site – produto final da pesquisa.

Ir a campo foi imprescindível para que houvesse, tanto uma aproximação quanto uma experiência direta com os objetos de estudo e a comunidade cajazeirense, pois segundo premissas de Dayse Santos (2010), ao escrever sobre *Métodos e técnicas de pesquisas em História*:

O estudo de campo tem a vantagem de contribuir para os estudos históricos em profundidade. O termo “campo” é utilizado no sentido de que é o escopo da pesquisa e não apenas um lugar geográfico. Tais estudos são marcados pela flexibilidade, exigindo reformulação, sempre que necessária, dos pressupostos da pesquisa, dos objetivos e de suas hipóteses ao longo da mesma. Ao utilizar essa técnica, você terá que realizar a observação direta das atividades de uma dada sociedade buscando compreender as explicações, visões e sentidos que os diferentes testemunhos dão aos fenômenos sócio-históricos. (SANTOS, 2010, p. 29)

Dessa forma, compreendemos que, nesse contexto de discussão, há um acervo de possibilidades a serem explorados durante a pesquisa *in loco*, visto que “ O Patrimônio Edificado é um objeto de estudo extremamente enriquecedor, pois evoca as mais variadas sensações a quem se aproxima: nostalgia, afeto, memórias e curiosidade” (SABOTA; BALDINI; RODRIGUES, 2019, p. 1). Assim, compreendemos a visita à campo como um espaço para intensa reflexão.

Ao chegar à Cajazeiras, especificamente, no centro histórico, iniciaram-se os desafios. Eu não conhecia a cidade a ponto de me locomover sem orientações. Sendo assim, as fotografias existentes em algumas das pesquisas acadêmicas nortearam-me na identificação das edificações e, por conseguinte, na locomoção. Contudo, entre algumas das edificações estudadas há uma distância considerável, e esse fato fez-me aproximar da comunidade cajazeirense, ou seja, da população, visto que eu necessitava de informações sobre a localização precisa de determinados objetos estudados. Isso foi relevante, pois “[...] a imersão em tal realidade facilita a apreensão

e o entendimento de regras, costumes, escolhas, etc. que fazem parte da vida cotidiana de um dado grupo social em estudo" (SANTOS, 2010, p. 30).

Assim sendo, durante a visita de campo, observei e constatei que a população local parece desconhecer a História da própria cidade, pois ao indagar as pessoas sobre a localização de alguns dos edifícios estudados, uma parcela considerável não soube me responder as localizações precisas dos lugares. Dito isto, recordo-me bem de uma edificação em específico, o Antigo *Edifício O.K*, visto que para encontrá-la cheguei a me “perder” na cidade de Cajazeiras, pois mesmo eu falando sobre a história dessa edificação, relatando suas principais características, não conseguiram me informar o lugar exato que a mesma se encontrava.

Naquele momento, desistir de procurá-la não estava nos meus planos. Prossegui, e a cada rua que eu passava, mais perdida eu estava. Sentia-me ao mesmo tempo frustrada e preocupada com aquela situação. Já me sentindo cansada, avisto um moto táxi e pergunto mais uma vez sobre a localização dessa edificação, qual o trajeto que eu poderia fazer para encontrá-la, e ele muito solícito ensinou-me o percurso correto para encontrar essa edificação. Não foi fácil encontrá-la, e quando a encontrei, precisamente às 18:00 horas, infelizmente, deparei-me com uma edificação abandonada, em total estado de degradação.

Imagem 2. Prédio do antigo *Edifício OK*, em estado de deterioração.



Fonte: Acervo pessoal da autora, setembro de 2021

Construído na década de 1930 e localizado na Avenida Presidente João Pessoa, o *Edifício O.K* configurou-se como um marco de grande destaque e espaço de sociabilidade para

a comunidade cajazeirense, destacando-se como um empreendimento ousado para a época, com planta elaborada pelos engenheiros da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas – IFOCS, cujo proprietário foi José Lira Campos – um grande empresário idealista que revendia automóveis Chevrolet na cidade cajazeirense (COSTA, 2013). Foi uma obra amplamente aceita pela sociedade, e, também, pela Igreja católica, que enxergava nesse empreendimento, um espaço de diversões sadias para os jovens masculinos cajazeirenses (ROLIM, 2010). Foi inaugurado em agosto de 1936, e sediava “o conjunto de diversões: cinema, clube, sorveteria, salão de cabeleireiro e manicure, bilhares” (COSTA, 2013, p. 164). No andar térreo foi instalado o Cine Éden, o qual manteve sessões regulares de cinema na cidade até o início da década de 1990. E, no piso superior, encontrava-se um clube dançante chamado Excelsior Clube (ROLIM, 2010).

Diante disso, logo visualizamos que o histórico *Edifício O.K* faz parte da história cajazeirense, justamente porque abriga parte das memórias e da história local da cidade de Cajazeiras. Então, é importante ressaltar que através da visita de campo ao centro histórico cajazeirense, identificamos que o descaso relatado pela bibliografia disponível – pesquisas acadêmicas – permanece até os dias atuais.

O Antigo *Edifício O.K* não é exceção, existem muitos outros que também estão em estado de degradação, além disso, corroboramos com Oliveira (2015), ao afirmar que não é precipitado citar que praticamente todos os imóveis já tiveram sua forma original alterada, uma vez que ano a ano as edificações tombadas vêm sofrendo descaracterizações do seu aspecto original e a população parece continuar em estado de “inércia” em relação a isso, visto que, diga-se de passagem, não conhece as Histórias da própria cidade. Foi difícil perceber que uma edificação que evoca memórias por ter sido um espaço de sociabilidades em épocas passadas, que foi reconhecido como um bem a ser salvaguardado, encontra-se totalmente relegada às intempéries do tempo e ao descaso humano.

Conforme premissas de Oliveira (2015), no centro histórico, não há processo de restauração, pasmem, o que há são inúmeras reformas nos imóveis, que levam essas construções a perderem parte de sua essência histórica, com isso, os seus proprietários acabam por agir em total descumprimento com a lei, implicando, aos poucos, na devoração da originalidade das edificações. Notoriamente, além do descaso por parte dos órgãos responsáveis, também há o desinteresse por parte da população local. Em relação a isso, no ano de 2010, Eliana Rolim já assevera que “[...] no caso de Cajazeiras, especialmente, se faz necessária a tomada de ações mais enérgicas por parte do poder público para estabelecer meios de uma efetiva participação

dos cidadãos na gestão e proteção do patrimônio histórico local” (ROLIM, 2010, p. 114). Claramente, entre os anos de 2010 e 2021, nada foi feito em relação a isso.

Diante do evidenciado, acionamos Carlos Lemos (2000) que ao escrever sobre *O que é Patrimônio Histórico*, abordando excepcionalmente sobre "Por que preservar?"; "O que preservar?"; e "Como preservar?" destaca como um dos grandes desafios para a preservação do patrimônio histórico a desinformação de grande parte da população brasileira no que tange a importância dessa preservação. Assim ele diz:

O primeiro fato é a falta de esclarecimento popular sobre a importância da preservação de nosso Patrimônio, para não dizermos deseducação coletiva. Esse é um dado brasileiro e daí a formulação de mais uma regra: a preservação aqui entre nós depende fundamentalmente da elucidação popular, um caminho já percorrido por outros países, como o México, que dedica atenção toda especial a essa questão de educação de massa no que diz respeito à memória. (LE MOS, 2000, p. 84)

Sendo assim, acreditamos que essa falta de assistência, fiscalização, e a ausência de políticas públicas de Educação Patrimonial na cidade, a princípio, é o que de certa forma vem gerando o silenciamento da população no que diz respeito ao conhecimento dos patrimônios históricos e culturais e a importância dos mesmos para a valorização e salvaguarda das identidades locais. Evidentemente, a preocupação em relação à preservação da memória e dos monumentos, necessariamente, precisa ser pensada coletivamente para que, de fato, consiga ser efetiva. Todavia, cabe pontuar que o descaso com o patrimônio histórico não é exclusividade da cidade de Cajazeiras, infelizmente, muitas outras cidades brasileiras estão relegadas a isso, em que seus bens patrimoniais encontram-se totalmente fadados ao descaso humano.

Nesse sentido, em consonância com os autores supracitados, Rolim (2010) e Oliveira (2015), observamos que a situação em que se encontram os imóveis do centro histórico, no que tange a sua preservação, é delicada. Assim, reforçamos que, para que haja uma preservação eficiente e consciente desses patrimônios, torna-se necessária - em caráter de urgência - uma maior fiscalização por parte dos órgãos de defesa dos patrimônios, assegurando, assim, que a comunidade conheça a história local e, por conseguinte, seja guardião desses patrimônios, tendo em vista que ao protegê-lo estarão resguardando a memória ou "lugares de memória", conforme a expressão cunhada pelo historiador francês Pierre Nora (1993). Para isso, acreditamos que, recorrer à metodologia da Educação Patrimonial e aplicá-la, é imprescindível,

Segundo esse autor, os lugares de memória são monumentos e documentos da história nacional, com uma tripla função: material, funcional e simbólica, onde a memória coletiva está

ancorada, sendo também espaço revelador dos conflitos e disputas que envolvem o constante processo de construção das memórias. Esses lugares possuem, ainda, um papel narrativo de consolidação e totalização dessas memórias, reunindo elementos característicos de um grupo, conferindo-lhe sentido, e unificando-o há uma rede articulada dessas identidades diferentes, ou seja, “uma organização inconsciente da memória coletiva que nos cabe tornar consciente de si mesma” (NORA, 1993, p. 13).

Pois, como afirma Lucília Delgado (2010), “A memória é a base construtora de identidades e solidificadora de consciências individuais e coletivas. É elemento constitutivo do autorreconhecimento como pessoa e / ou como membro de uma comunidade pública, como uma nação, ou privada, como uma família” (DELGADO, 2010, p. 38). Então, ainda nesse prisma, frisamos que devemos enxergar para além da fria materialidade das paredes dos imóveis tombados em Cajazeiras, haja vista que “uma construção antiga pode ser considerada patrimônio, tanto como obra arquitetônica, quanto pelo seu valor histórico, ou também por guardar resquícios de uma memória coletiva” (ROLIM, 2010, p. 87), memórias estas, de épocas passadas, cujas são “[...] inseparável da vivência da temporalidade [...]. A memória atualiza o tempo passado, tornando-o tempo vivo e pleno de significados no presente” (DELGADO, 2010, p. 38)

Nesse viés, conforme Pierre Nora (1993, p. 9), a memória é “um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente”, enquanto que a história é uma representação do passado. Para este, a memória elucida uma postura que atesta uma necessidade de preservação do passado frente a uma aceleração do tempo. Os “lugares de memórias” representam, portanto, as proporções monumentais dedicadas à memória, onde o passado é rememorado no tempo presente. Sendo assim, vale destacar o monumento como um dos materiais da memória, pois este também evoca o passado e perpetua a recordação, uma vez que, as pessoas, ao adentrá-lo e tocá-lo, conseguirão recordar sobre aquilo que ele já foi, assim como também, enxergar o que ele é no tempo presente. O monumento/documento deve ser visto para além de um lugar de recordação, pois ali também há um lugar munido de experiências e transformações. (LE GOFF, 1990).

Com base nesse pensamento e com as reflexões já realizadas, faz-se pertinente trazermos para o rol dessa discussão a autora Françoise Choay (2014), uma vez que, esta, à luz dos seus estudos na sua afamada obra *Alegoria do Patrimônio* nos leva a compreensão na diferenciação dos termos “monumento” e “monumento histórico”, isto feito a partir das colocações da mesma sobre o lugar que cada um dos termos estabelece com o passado e o presente vivido, deixando explícito que:

O monumento tem por finalidade fazer reviver no presente um passado engolido pelo tempo. O monumento histórico mantém uma relação diferente com a memória viva e com a duração. Ou é simplesmente constituído em objeto de saber e integrado numa concepção linear de tempo e, nesse caso, o seu valor cognitivo relega-o, sem apelo, nem agravo para o passado, melhor dizendo, para a história em geral, ou para a história da arte em particular; ou então, pode também, enquanto obra de arte, dirigir-se à nossa sensibilidade artística. [...]. Neste caso, torna-se parte constitutiva do presente vivido, mas sem a mediação da memória ou da história. (CHOAY, 2014, p. 25)

Outrossim, Choay (2014, p. 25) ainda pondera que “As diferentes relações que os monumentos e os monumentos históricos mantêm, respectivamente, com o tempo, a memória e o saber impõem uma diferença maior relativa à sua conservação”, sendo assim, logo percebemos que, inevitavelmente, tanto os monumentos quanto os monumentos históricos estão expostos e vulneráveis, como coloca a autora, “às injúrias do tempo vivido”, como “o esquecimento, a desafetação e o desuso.”. Nesse sentido, ela ainda esclarece que:

[...] A especificidade do monumento prende-se então, precisamente, com o seu modo de acção sobre a memória. Não só ele a trabalha, como também a mobiliza pela mediação da afectividade, de forma a recordar o passado, fazendo-o vibrar à maneira do presente. Mas, esse passado invocado e convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: foi localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, diretamente, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade, étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar. Tanto para os que o edificam, como para aqueles que dele recebem as advertências, o monumento é uma defesa contra o trauma da existência, um dispositivo de segurança. O monumento assegura, sossega, tranquiliza, ao conjurar o ser do tempo. É garantia das origens e acalma a inquietude que gera a incerteza dos princípios [...] procura apaziguar a angústia da morte e da aniquilação. A sua relação com o tempo vivido e com a memória, noutras palavras, sua *função antropológica*, constitui a essência do monumento (CHOAY, 2014, p. 17-18)

À luz das palavras de Choay (2014), visualizamos que, pelos seus valores histórico-culturais representativos da memória social, as edificações presentes no centro histórico de Cajazeiras, trazem/representam a identidade cultural, a história local, portanto, funcionam, do ponto de vista simbólico, como preservação da memória coletiva e social, da construção identitária da comunidade cajazeirense. Sendo assim, ressaltamos que o descaso com essas construções e a sua não preservação podem “apagar” o passado para estes, e, por consequência, a identidade cultural local, visto que os monumentos históricos cajazeirenses são objetos de memórias, ainda que não tenham sido construídos para esse fim, como pontua Choay (2014):

O monumento histórico não é desejado inicialmente e criado enquanto tal. Este último é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amador, que o selecionam de entre a massa dos edifícios existentes e de que os monumentos representam apenas uma parte. Todo o objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem ter tido por isso na sua origem um destino memorial. Inversamente, recordemo-lo, todo o artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função de memória. (CHOAY, 2014, p. 25)

Evidentemente, a memória é parte fundamental para a construção de uma identidade, por ela acionar sentimentos de pertencimento por meio de experiências passadas, assim, conseqüentemente, há um reconhecimento individual ou coletivo. Mediante a isso, cabe citar que, em Cajazeiras, faz-se necessário políticas públicas de Educação Patrimonial eficientes, no sentido de que há a necessidade de um esclarecimento para a comunidade de que o centro histórico é um bem tombado e que, portanto, esse espaço precisa ser salvaguardado da destruição, da desqualificação, da descaracterização. Isso implica dizer que não se trata de observar as edificações apenas pela fria materialidade das suas paredes como já citamos antes, mas sim, é no sentido de alguma forma transformar o centro histórico em um espaço de convivência, de memória e de História. Notoriamente, há na comunidade cajazeirense a necessidade do reconhecimento dos monumentos históricos locais como patrimônios, uma vez que, visivelmente, não há uma valorização do centro histórico enquanto patrimônio histórico da cidade.

Contudo, temos consciência de que conscientizar e, por conseguinte, preservar, não é uma tarefa fácil, inclusive em Cajazeiras, pois de acordo com Lemos (2000, p. 47), há uma grande dificuldade de se conservar os centros urbanos, principalmente devido a ocorrência de constantes transformações, tendo em vista que a cidade é “como um artefato que pulsa, que vive, que permanentemente se transforma, se autodevora e expande em novos tecidos recriados para atender a outras demandas sucessivas de programas em permanente renovação.

Ainda segundo esse autor, quando se questiona “como preservar?”, Lemos (2000, p. 66) destaca que isso “pressupõe uma série infinita de atividades e de posturas perante o elenco de bens culturais do nosso patrimônio, implicando, inclusive, atuações interdisciplinares e julgamentos os mais variados.” Além disso, cita a relevância do tombamento do bem, contudo, explica que para além disso, faz-se também necessário, tão importante quanto tombamento, esclarecer a população em geral sobre a relevância da preservação, haja vista que a luta pela preservação é árdua e deve ser constante em todo o Brasil, pois há uma grande falha quando o assunto é o esclarecimento à população acerca das questões patrimoniais.

Em consonância com Lemos (2000), reiteramos que se torna mais difícil ainda preservar quando a população não é informada sobre a relevância desses espaços para a salvaguarda da identidade local, e em se tratando de Cajazeiras, o centro histórico está “relegado” pelo poder público, a quem compete protegê-lo e, por consequência, pela própria população local, que evidentemente não foi educada para compreender a importância de um patrimônio histórico e sua preservação. Isto posto, conforme justificativa de Lemos (2000, p. 29) sobre o por que preservar?, o mesmo esclarece que “Devemos, então, de qualquer maneira, garantir a compreensão de nossa memória social preservando o que for significativo dentro de nosso vasto repertório de elementos componentes do Patrimônio Cultural”. Isto posto, faz-se necessário, portanto, democratizar informações acerca da necessidade dessa preservação.

2.3 Dos erros ao acerto: construção do site “Um tour pelo centro histórico de Cajazeiras-PB”

Conforme já relatado, a nossa pesquisa bibliográfica e documental foi desenvolvida de forma gradativa, pois precisávamos colher subsídios e informações sobre os nossos objetos de estudos¹⁵. Feito isso, finalmente, embasadas pelos princípios teórico-metodológicos já mencionados acima, e a realizada a visita *in loco*, demos início a fase final da pesquisa – a construção do site para registro documental com finalidades educativas nas instâncias de ensino formal e informal.

Logo no início da vigência, ao me apresentar o projeto de pesquisa e traçarmos a frente de estudos, a professora Janaína já me colocou a par de que a partir dos nossos resultados alcançados, seria construído um site – produto final da pesquisa – pela plataforma *Wix.com*, uma plataforma online que oferece hospedagem completamente gratuita, a qual atenderia as necessidades da pesquisa, justamente pelo fato de, além de ser totalmente grátis, a população em geral teria livre acesso ao material exposto.

Sendo assim, reitero que a construção do site foi mais um desafio enfrentado no percurso da pesquisa. Por vezes, perturbei-me com isso, visto que, até então, eu não conhecia essa plataforma digital, e, além disso, também não fazia ideia de como construir um site educativo, por exemplo, como iniciar, qual a linguagem adequada a ser utilizada, como organizá-lo, enfim, tudo foi desafiador. Então, foram necessários estudos e dedicação, assim o fiz, pesquisei,

¹⁵ A catalogação das fotografias foi realizada em conformidade com as leituras. Cabe destacar que, quando possível, a professora Eliana Rolim nos auxiliava nesse processo através de encontros virtuais pela plataforma *Google Meet*.

observei outros sites produzidos, errei várias vezes tentando acertar, e foi assim até finalizá-lo. Portanto, entre erros e acertos, e sob a supervisão da Professora Janaína, obtivemos o êxito desejado e concluímos a pesquisa de Iniciação Científica com a construção do site em questão.

Para isso, foi necessária uma seleção e organização criteriosa, tanto das fotografias analisadas quanto dos textos que iriam ser adicionados. Após a seleção e catalogação das fotos, foram organizados os textos com informações encontradas nas nossas fontes bibliográficas acerca da História da cidade e das suas personagens, contadas a partir do estudo do seu patrimônio cultural material, especificamente, dos monumentos tombados do centro histórico cajazeirense. Em seguida, realizamos um registro na plataforma *Wix* para ter acesso à construção de sites e após a identificação, fomos direcionados automaticamente para a página de *templates*, fizemos a escolha do nosso *template*, e assim começamos, de fato, a construir o site: adicionamos as fotografias e as informações contidas no croqui que havíamos feito e criamos abas específicas para cada abordagem acerca dos assuntos adicionados.

Assim sendo, na aba “Apresentação do site” é apresentada ao visitante a finalidade do site. Na aba “Sobre nós” é apresentada informações acadêmicas e contatos das integrantes do projeto. A aba “Projeto de IC/PIBIC/UFCEG/CNPq” apresenta a descrição completa do projeto de Iniciação Científica, desde a justificativa, objetivos e metodologia. A aba “História, Memória e Educação Patrimonial” possui duas sub abas “A cidade e sua História” e “Cajazeiras: amor em poesia”, nestas abas, procurou-se contextualizar o surgimento do patrimônio arquitetônico no processo de formação e expansão da cidade de Cajazeiras – PB, além disso, utilizamos fotografias desse processo de acordo com o nosso recorte temporal.

Enquanto isso, a aba “Conhecendo o Centro Histórico” apresenta um texto e imagens que alertam para a necessidade de preservação dos monumentos tombados. Portanto, é um convite ao visitante para conhecer esses bens e observar a necessidade de sua preservação para que as futuras gerações também tenham o direito de as conhecerem, tendo em vista que o patrimônio reflete as características sobre a História da cidade e o modo de vida dos seus habitantes, e a destruição deste, acarretará o esquecimento de parte da identidade cultural, portanto, é preciso preservar para que as futuras gerações possam conhecer a história de Cajazeiras, criar laços de identidade com esta, e, a partir disso, construir um sentimento de pertencimento com o seu lugar de origem.

Por conseguinte, na sub aba “Galeria de fotos”, as imagens recentes do centro histórico são ampliadas, para que o visitante possa ter uma melhor visualização dos monumentos. Na aba “Sugestão de atividades” é sugerida atividades voltadas para a educação patrimonial que

possam ser trabalhadas utilizando o site. E, por fim, a aba “Referências bibliográficas” a qual consta as referências basilares para a construção da pesquisa e do site.

Diante do que foi exposto, vale ressaltar que promover instrumentos didáticos – como um site com textos e fotos que representam os planos, desígnios ou destino dos moradores de Cajazeiras a partir das reformulações do espaço e da vida cotidiana, entre os anos de 1920 a 1940 – é um recurso que poderá ser utilizado e, assim, viabilizar a Educação Patrimonial nos ensinos formal e informal e, dessa forma, contribuir para divulgação, conhecimento e proteção dos imóveis estudados, uma vez que eles fazem parte da história de Cajazeiras e que, portanto, precisam ser preservados.

Em grande medida, o site apresenta de forma didática a História da cidade de Cajazeiras intercalada com fotografias – fontes documentais – que permite aos visitantes visualizarem como a cidade e a vida dos sujeitos cajazeirenses e cajazeirados¹⁶ foram se reformulando durante o processo de urbanização da cidade, especificamente, nos anos de 1920 a 1940. Assim, este material poderá ser utilizado como espaço de aprendizagem histórica sobre a História Local e seu patrimônio cultural material edificado, sobretudo, nas aulas de História, cujo se encontra disponível no link: <https://katianasveco.wixsite.com/my-site-3>.

Assim sendo, é sobre esta perspectiva que abordaremos no capítulo a seguir...

¹⁶ A denominação cajazeirado diz respeito a um termo utilizado para identificar as pessoas que não são naturais do município de Cajazeiras – PB, mas que ao migrarem se fixaram na cidade cajazeirense. (OLIVEIRA, 2015, p. 20)

3. CAPÍTULO III - ENSINO DE HISTÓRIA, MEMÓRIA E EDUCAÇÃO PATRIMONIAL EM PERSPECTIVA: UMA PROPOSTA DIDÁTICA A PARTIR DE RECURSOS TECNOLÓGICOS

“O educador se eterniza em cada ser que educa”

(Paulo Freire)

É inegável que no presente século há uma grande necessidade de se repensar o papel dos processos de ensino-aprendizagem, haja vista que os métodos tradicionais utilizados pelos docentes, na maioria das vezes, são considerados meramente ultrapassados. Cabe então também ao docente a busca de aperfeiçoamento que lhes ofereça possibilidades de utilizar as tecnologias de forma responsável e consciente na sala de aula.

Para Circe Bittencourt (2008, p. 230), “Uma das críticas mais pertinentes sobre métodos tradicionais focaliza a insuficiência deles na formação intelectual ou no desenvolvimento do espírito crítico dos alunos.” E, ainda conforme a autora, quando se refere ao método tradicional,

[...] professores e alunos o associam ao uso de determinado material pedagógico ou a aulas expositivas. Existe uma ligação entre o método tradicional e o uso de lousa, giz e livro didático: o aluno em decorrência da utilização desse material, recebe de maneira passiva uma carga de informações que, por sua vez, passam a ser repetidos mecanicamente de forma oral ou por escrito com base naquilo que foi copiado no caderno ou respondido nos exercícios propostos pelos livros. (BITTENCOURT, 2008, p. 226-227)

Em relação a isso, Manoel Bastos e Michelly Bastos (2020) em seu estudo *Recursos didáticos no ensino de História: Nas escolas de Campo Alegre de Lourdes-BA*, salientam que estamos no cenário da modernidade, e que, portanto, há uma necessidade de incorporação dos recursos tecnológicos nas aulas, sobretudo, de História, ao defenderem que a utilização de novos recursos didáticos irá despertar no discente maior interesse e curiosidade acerca do assunto estudado. Mas, Paulo Augusto Tamanini e Maria do Socorro Souza (2019, p. 4) em seu trabalho *As tecnologias digitais no ensino de história no Brasil: um mapeamento das pesquisas acadêmicas*, por sua vez, deixam claro que:

Só inserir as tecnologias, contudo, não resolve. É preciso, de igual modo, mudar a forma de ensinar. [...]. Cabe ao professor, portanto, adotar estratégias e recursos que conduzam o aluno a se situar no seu tempo de forma crítica e a ser autor de seu próprio processo de aprendizagem. As tecnologias, nesse sentido, podem contribuir inegavelmente.

3.1 Usos das tecnologias na educação: o (re)pensar da prática docente a partir da utilização de novos recursos pedagógicos

No Brasil, a Internet popularizou-se desde a década de 1990, e desde então, as Tecnologias Digitais passaram a se expandir no país, modificando, de forma acelerada, a vida das pessoas, portanto, houve mudanças no modo de se expressar, interagir, se comunicar e se informar. Diante disso, é possível constatar que os avanços Tecnológicos da Informação e Comunicação vêm provocando mudanças significativas nos segmentos sociais, políticos e educacionais, sobretudo, nos dias atuais. (TAMANINI; SOUZA, 2018)

Notoriamente, com a chegada das tecnologias digitais ampliou-se as possibilidades no que tange ao âmbito educacional, pois esse espaço torna possível a socialização entre o ensino-aprendizagem e o acesso aos meios de comunicação, pois conforme esclarecem Tamanini e Souza (2018, p. 2-3),

As Tecnologias Digitais e a internet abriram possibilidades de comunicação e interação sem precedentes na história da humanidade. Redes sociais virtuais, hipertexto, ubiquidade, conectividade, produção e compartilhamento de conteúdo em rede, enfim, são tantas inovações que o indivíduo do mundo contemporâneo já não consegue mais acompanhar. Em tempos de contínuas transformações, em que a aprendizagem ocorre em todo lugar e a toda hora, paradigmas são rompidos, a linearidade textual é transformada em rotas múltiplas de navegação e a interatividade assume proporções nunca antes imaginadas, inovar é, mais do que uma exigência, uma questão de sobrevivência.

Sendo assim, logo observamos que a introdução das tecnologias no setor educacional é imprescindível para que haja grandes benefícios, contudo, é necessário estruturá-lo, capacitando seus docentes e incentivando-os, esmerando cada vez mais seu ambiente de trabalho – a escola, para que eles possam especializar-se ainda mais e com isso, tornem-se capazes de mediar os conhecimentos adquiridos com maior qualidade. Segundo Tamanini e Souza, isso faz-se extremamente relevante, pois, “Indiscutivelmente, as tecnologias, notadamente a *internet*, são o fio condutor para o moderno, conectando o local e o global, disseminando novos saberes e desenvolvendo competências e habilidades necessárias para a vivência no mundo hodierno” (2018, p. 5).

Contudo, conforme explana José Manuel Moran (2007, p. 90) em *A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*,

O domínio pedagógico das tecnologias na escola é complexo e demorado. Os educadores costumam começar utilizando-as para melhorar o desempenho dentro dos padrões existentes. Mais tarde, animam-se a realizar algumas mudanças pontuais e, só depois de alguns anos, é que educadores e instituições são capazes de propor inovações, mudanças mais profundas em relação ao que vinham fazendo até então. Não basta ter acesso à tecnologia para ter o domínio pedagógico. Há um tempo grande entre conhecer, utilizar e modificar o processo.

Em consonância com Moran (2007), Scheilla Maria Silva e Fabrícia Gomes (2015), ao dissertarem sobre *Tecnologias e mídias digitais no contexto escolar*, deixam claro que a inserção das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC)¹⁷ na sala de aula ainda vem acontecendo lentamente, uma vez que são necessárias mudanças tanto no currículo quanto na prática dos sujeitos que atuam na escola. Assim, cabe citar que tais tecnologias são caras, e infelizmente nem todos tem acesso a elas.

À vista disso, compreendemos que a inserção das TICs no ambiente escolar vem ocorrendo gradativamente, entretanto, mesmo sendo um processo demorado, isso mostra-se cada vez mais necessário, ao levarmos em consideração que os avanços tecnológicos vêm se colocando presente em todos os setores da vida social, e, obviamente, na educação não poderia ser diferente, pois o impacto desse avanço se efetiva como processo social, abrangendo todas as instituições, abrindo-se novas possibilidades para tornar-se possível a socialização entre o ensino-aprendizagem e o acesso aos meios de comunicação.

Em relação a isso, e especificamente para as aulas de História, Tamanini e Souza (2018), deixam claro que:

A escola, segmento desse universo social, convive com esta realidade. Dela também se demanda inovação, afinal, enquanto produtora de conhecimento, deve estar à frente de toda mudança que o envolva. No ensino de História, a inovação faz-se ainda mais urgente, por ser esta uma disciplina crucial na construção de uma sociedade democrática e cidadã, que conecta o passado e o presente, direcionando o olhar para um futuro a ser construído. Desse modo, é mister um novo modelo de escola e de ensino, que se harmonize com as transformações causadas pelas tecnologias e as inúmeras possibilidades pedagógicas que elas oferecem. (TAMANINI; SOUSA, 2018, p. 3)

Sendo assim, é notório que na atualidade não cabe mais um conhecimento determinado e mecânico. É tempo de reflexão. Educar na (pós) modernidade não é apenas transpassar

¹⁷ “Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), é o conjunto de tecnologias microeletrônicas, informáticas e de telecomunicações, que produzem, processam, armazenam e transmitem dados em forma de imagens, vídeos textos ou áudios.” (ZANELA, 2007. p.25)

conhecimento, mas produzir as possibilidades para a sua ideação e produção, é contribuir para a formação histórico-crítica dos educandos, visto que, neste novo contexto, a educação está voltada à autonomia, a uma cultura reflexiva, uma vez que cabe ao professor exercer uma pedagogia embasada na ética, no respeito, na dignidade e na autonomia do discente, pois:

Trabalhar os conteúdos históricos em harmonia com a sociedade da informação e com o perfil de aluno de hoje demanda do professor desenvolver, por meio da *internet* e dos diversos recursos tecnológicos disponíveis na sociedade e na escola, estratégias mais ativas, que favoreçam, em linguagens e recursos familiares ao aluno (*webquest*, *podcast*, jornais *on-line*, museus virtuais, mapas interativos, jogos educativos, simulações, animações, *blogs*, fóruns etc.), a desconstrução e reconstrução crítica dos conhecimentos e acontecimentos históricos, disseminados nos livros oficiais, cotejando-os com pontos de vista diferenciados. (TAMANINI; SOUSA, 2018, p. 6)

Dessa forma, pode-se deduzir que se torna impossível escolas, docentes e discentes ignorarem a tecnologia digital de informação e comunicação (TDIC) e o seu uso. É preciso, pois, discernimento para compreender que ela não veio para tirar o lugar do professor, mas para ser explorada e assessorá-lo, neste tão envolvente processo de “aprender-ensinar-reaprender”. Nesse sentido, cabe ressaltar que a tecnologia é mais uma ferramenta didática e como tal pode ser explorada e aproveitada ao máximo. Logo, sua utilização em sala de aula poderá proporcionar ao educando uma aprendizagem mais dinâmica, desafiadora e significativa. Todavia, Silva e Gomes (2015, p. 5) advertem que se de um lado,

[...] a utilização das tecnologias e mídias digitais pode ocorrer de forma a potencializar e dinamizar os processos de ensino e aprendizagem. Por outro lado, lembramos que o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) na educação, por si só, não garante mudanças significativas nos processos educativos. Isso porque, frente à presença das tecnologias e mídias digitais é necessário que os profissionais envolvidos no ato de educar revejam suas concepções, metodologias e estratégias de ensino à luz de uma nova cultura: a cibercultura.

Diante dessas palavras, enxergamos o quão desafiador é essa inserção nos espaços educacionais, ou seja, na sala de aula, pois o emprego das TICs no processo pedagógico exige do educador uma reflexão crítica, em função das concepções e dos objetivos que se pretende atingir. Sendo assim, os educadores precisam mudar os velhos hábitos de ensino e transformá-los em motivação de aprendizagem, deve-se, portanto, aprender, refletir, buscar o novo, aproveitar o ambiente virtual, criar e recriar junto com o educando novos conhecimentos com responsabilidade e atenção nas escolhas, pois conforme frisam (ARRUDA, 2013 *apud*

TAMANINI; SOUZA, 2018, p. 5), “Não se pode esquecer, contudo, que, a despeito de suas vantagens quanto às possibilidades de construção colaborativa e cidadã do conhecimento, o ciberespaço é um “espaço construído pelo homem e, como tal, permeado de seus paradoxos, contradições e relações de poder”.

Nesse sentido, é sabido que há uma vastidão de conteúdos e ferramentas potencializadoras a serem explorados, problematizados e utilizados em sala de aula, mas o professor precisa fazer suas escolhas de forma consciente e responsável, feito isso, os recursos tecnológicos apresentam-se como viável, visto que:

A inserção dos recursos digitais virtuais - redes sociais, jornais e revistas, jogos, objetos de aprendizagem, museus, *blogs*, imagens, hipertextos, fóruns de discussão, *chats*, vídeos, áudios etc. – no ensino de História conduz à superação de aulas centradas na exposição oral, favorecendo, ao mesmo tempo, uma maior autonomia dos alunos sobre o que e o como aprendem. Quanto à pedagogia adequada para esse processo de incorporação dos recursos digitais virtuais no ensino no século XXI, ainda não se definiu exatamente qual seja, mas já há algumas alternativas metodológicas nesse sentido. (TAMANINI; SOUSA, 2018, p. 6)

Para tanto, é de suma importância que os professores busquem formas de apropriar-se do uso das novas tecnologias como subsídios para sua prática pedagógica. Nessa perspectiva, o emprego das TICs no processo pedagógico exige do educador uma reflexão crítica, em função das concepções e dos objetivos que se pretende atingir, os educadores precisam mudar os velhos hábitos de ensino, e transformá-los em motivação de aprendizagem, ou seja, aproveitar o ambiente virtual, criar e recriar junto com o educando novos conhecimentos, pois

[...] inserir as tecnologias no fazer docente é exigência primeira, tanto para a inclusão digital e social, como para o pleno exercício da cidadania dos alunos, oportunizando-lhes o acesso ao universo de informações que a rede oferece e ajudando-os a transformá-las em conhecimento. Com as tecnologias, a sala de aula pode se tornar um espaço para alunos e professores aprenderem juntos, pesquisando, experimentando, produzindo, apresentando, debatendo, sintetizando e problematizando. (MORAN, 2017 *apud* TAMANINI; SOUZA, 2018, p. 5)

Nesse sentido, Bastos e Bastos (2020) destacam ser imensurável a utilidade da inserção de recursos didáticos e tecnológicos nas aulas de História, deixando claro que há a necessidade de uma reflexão profunda acerca disso, pois a utilização desses recursos pode proporcionar a atenção e, por consequência, o interesse dos discentes para com a aprendizagem durante a aula.

Portanto, cabe ao docente implantar mudanças na sua prática, aperfeiçoar seus conhecimentos e estar disposto a um diálogo coerente e atualizado com as tecnologias e adequações vigentes. Para isso, indubitavelmente faz-se necessário que o educador se atualize e, além disso, seja crítico e reflexivo frente às inovações e informações que são disponíveis, pois, certamente, a tecnologia veio para ficar. Definitivamente!

3.2 Educação Patrimonial e aprendizagem histórica: utilização do site educativo “Um tour pelo centro histórico de Cajazeiras-PB” nas aulas de História com fins a preservação do patrimônio edificado cajazeirense – reflexões e possibilidades

“Um povo sem memória é um povo sem história. E um povo sem história está fadado a cometer, no presente e no futuro, os mesmos erros do passado.”

(Emília Viotti)

Diante do exposto ao longo do capítulo, e lembrando as ponderações realizadas nos capítulos anteriores acerca da necessidade de uma Educação Patrimonial efetiva sobre a relevância e necessidade de preservação do patrimônio histórico cultural edificado da cidade de Cajazeiras-PB, especificamente do centro histórico, acreditamos que a utilização do site *Um tour pelo centro histórico de Cajazeiras-PB* é um recurso pedagógico viável e potencializador para ser explorado nas aulas de História, tendo em vista que o conteúdo presente neste espaço é capaz de promover discussão e reflexão por docentes e discentes.

Vale lembrar que, ao falarmos na história de uma comunidade, estamos falando de História Local, assunto relevante, o qual já foi incrementado em documentos que regulamentam o sistema educacional brasileiro, pois como aponta a autora Vilma de Lourdes Barbosa (2006, p. 62) em *Ensino de história local: redescobrimos sentidos*, já há “propostas da inclusão do local na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e, também, nas próprias orientações curriculares indicadas pelas Secretarias de Educação nos estados e municípios brasileiros”.

Isto posto, é importante citar que Circe Bittencourt no seu livro *Ensino de História: fundamentos e métodos* (2008), ao abordar sobre procedimentos metodológicos e práticas interdisciplinares, ressalta que:

A educação patrimonial integra atualmente os planejamentos escolares, e especialmente os professores de história têm sido convocados e sensibilizados para essa tarefa, que envolve o desenvolvimento de atividades lúdicas e de ampliação do conhecimento sobre o passado, e sobre as relações que a

sociedade estabelece com ele: *como é preservado, o que é preservado e por quem é preservado*. (BITTENCOURT, 2008, p. 277).

Contudo, é pertinente citar que apesar dos assuntos relacionados à História Local estarem presentes na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), esta ainda continua sendo “ignorada” nos ambientes educativos, ou seja, na sala de aula. Sua abordagem, apesar de relevante para os discentes, continua sendo uma carência no sentido de que há falta de conhecimento dos/das discentes sobre o próprio meio social em que eles/elas se encontram, e assim, o que se percebe é que quase sempre, é a ideia de uma História nacional que se sobrepõe, dando margem para que estes/estas apenas aprendam o que está relacionado à macro história.

Para o professor e historiador Israel Soares de Sousa (2017, p. 92) em *Educação popular e ensino de história local: cruzando conceitos e práticas*, a História Local pode ser conceituada como:

[...] uma concepção teórica metodológica que busca a construção histórica a partir de um recorte, de uma escala específica de investigação; desmembrando os meandros do lugar, levando em conta as ações do sujeito viventes no mesmo, considerando como agentes centrais para os processos de transformações históricas.

Assim, pois, é cabível mencionar que o estudo da História Local desempenha um papel importante para a sociedade, sobretudo para a sua própria localidade, visto que a partir dela o indivíduo poderá refletir sobre a sua própria existência, estabelecendo assim, um sentimento de identidade, de pertencimento com o seu local de origem, ou seja, com o meio em que vive. Ao trazer a História Local para a sala de aula, visto que o docente é respaldado por lei para isso, valoriza-se, portanto, os diferentes sujeitos históricos, independente de classes e classificações, e entra em cena, por este viés, a micro história. Nesse sentido, é importante ressaltar que, conforme Reis e Silva (2021) *apud* Rüsen (2015), a consciência histórica é uma necessidade inerente ao ser humano, por ela viabilizar a interpretação da nossa própria existência no tempo, isso faz com que favoreça a construção do pensamento histórico que, uma vez inserido em uma lógica narrativa, tanto estrutura como confere sentido aos eventos históricos.

Destarte, diante das colocações de Sousa (2017), acreditamos que a utilização do site supracitado – recurso tecnológico didático – contribuirá para o conhecimento dos patrimônios históricos e culturais materiais cajazeirenses. Além disso, apresenta-se como uma forma de alertar a comunidade estudantil de Cajazeiras sobre a importância de se preservar os mesmos

para a valorização e salvaguarda das identidades locais. Portanto, o site configura-se como um espaço de aprendizagem histórica sobre esta respectiva cidade, por ser um espaço com conteúdo capaz de promover trocas de diálogos, de experiências e de memórias,

Diante disso, é válido mencionar o que foi posto por Renata Barbosa (2016) em seu estudo *Novas metodologias para o ensino de história no ensino médio noturno: experiências didáticas no interior de Goiás*,

[...] ao se pensar no ensino de história e a história local, deve-se priorizar a pesquisa, o aluno não pode acreditar que o conhecimento que o professor lhe transmitiu é único e incontestável. O professor em seu papel de mediador, deve possibilitar que o aluno construa, através da pesquisa direcionada, novos conhecimentos. O processo de pesquisar faz com que o aluno apreenda esse conhecimento, não é como na memorização que pode ser esquecida conforme o tempo passa, mas que o perceba como parte de sua vida, de suas vivências, da história da sua família, do seu bairro, da sua cidade. (BARBOSA, 2016, p. 5)

Concernente a isso, a utilização do site em questão nas aulas de História, mostra-se relevante no sentido de que pode tirar a história de Cajazeiras, contada a partir do estudo do seu patrimônio cultural arquitetônico do “esquecimento” e a colocá-la em evidência, alertando sempre para a necessidade de preservação, pois, desde que o docente o explore de forma consciente, levando os discentes à reflexão da mensagem que esse recurso pedagógico propõe, acreditamos que certamente haverá então um sentimento de pertencimento do discente com seu lugar de origem, sua história, ou seja, com seu patrimônio histórico cultural.

Sobre isto, é plausível mencionar que é justamente o ensino de História que, também, leva os educandos à reflexão da realidade, a enxergarem o meio social no qual estão inseridos, fazendo-os compreenderem os seus valores dentro de um contexto social e cultural para se aperceberem também como sujeitos da História, pois como enfatiza Bittencourt (2008, p. 278):

O compromisso do setor educacional articula-se a uma *educação patrimonial* para as atuais e futuras gerações, centrada no pluralismo cultural. Educação que não visa apenas evocar fatos históricos “notáveis”, de consagração de determinados valores de setores sociais privilegiados, mas também concorrer para a rememoração e preservação daquilo que tem significado para as diversas comunidades locais, regionais e de caráter nacional. A preservação do patrimônio histórico-cultural deve pautar-se pelo compromisso de contribuir com a identidade cultural dos diversos grupos que formam a sociedade nacional.

Sendo assim, o uso do site apresenta-se como um instrumento pedagogicamente viável a ser utilizados nas aulas de História sobre a História de Cajazeiras, seu patrimônio material e

a necessidade de preservação, visto que o mesmo foi construído a partir das premissas do livro *Guia Básico de Educação Patrimonial*, trabalho memorável escrito na década de 1990 pelas autoras Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriane Queiroz Monteiro, com vistas a apreensão do conhecimento histórico e preservação do patrimônio cultural.

Portanto, o site apresenta-se como um espaço para aprendizagem histórica que poderá ser utilizado e problematizado nas aulas pelo docente, como proposto pelas autoras no guia básico a partir de quatro etapas progressivas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais (observação, registro, exploração e apropriação). Inclusive, no próprio site já consta uma atividade proposta, a qual poderá ser realizada, assim como também, o próprio docente, ao utilizá-lo, poderá, a partir das premissas do guia básico e seu conhecimento acerca da temática da Educação Patrimonial, propor outras atividades que julgue pertinentes, assim como veremos na imagem abaixo.

Imagem 3. Proposta de atividade de educação Patrimonial presente no site

SUGESTÃO DE ATIVIDADE INTERDISCIPLINAR OU MULTIDISCIPLINAR

Com base nos estudos realizados pelas autoras Maria de Lourdes Parreiras Horta, Evelina Grunberg e Adriana Queiroz Monteiro no livro "Guia Básico de Educação Patrimonial", a metodologia viabilizada para a educação patrimonial diz respeito à: "quatro etapas progressivas de apreensão concreta de objetos e fenômenos culturais (observação, registro, exploração e apropriação)". Para as autoras, a "Educação Patrimonial consiste em um "processo permanente e sistemático", centrado no "Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo" (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO apud IPHAN, 2014, p. 13). Diante da experiência em educação patrimonial relatada por essas autoras, sugerimos a seguinte atividade, que pode ser aplicada, garantindo as devidas adaptações, do 6º ao 9º ano do fundamental e/ou ensino médio, tendo como fonte, também, as informações apresentadas neste site:

1. Em sala de aula, contar a história da origem da cidade de Cajazeiras, fazendo uma digressão histórica até meados dos anos 1920 a 1940, quando iniciou o processo de modernização da cidade com a chegada do trem, da luz elétrica, dos jornais, da ampliação do comércio e obras de reformulação do espaço urbano.
2. Realizar atividade de campo, percorrendo o centro histórico tombado da cidade de Cajazeiras, levando os alunos e alunas a refletirem sobre o estado de conservação das construções;
3. Durante a atividade de campo, as informações históricas devem ser apresentadas pelo (a) docente e, sugere-se, que os discentes, organizados em grupos, façam o registro escrito e fotográfico das construções. Os registros escritos devem constar das informações: localização da construção, nome da edificação ou praça, histórico da construção e uso em diferentes contextos históricos.
4. No ambiente escolar, organizar uma exposição com as fotos (seguidas de legendas), sendo os discentes os monitores da exposição, contando ao visitante sobre a experiência do trabalho e a história de Cajazeiras.

Tempo de execução: Estima-se que esta atividade seja realizada durante 4 ou 5 meses, podendo envolver docentes de diferentes áreas do conhecimento, que utilizarão as construções visitadas para o desenvolvimento de um determinado conteúdo previsto para aquele período escolar.

<https://katianasveco.wixsite.com/my-site-3/sugestão-de-atividades>

1/2

Fonte: <https://katianasveco.wixsite.com/my-site-3>

3.3 Além do que se pode ver: a fotografia enquanto fonte histórica e ferramenta pedagógica

Para além da potencialidade do uso do site como recurso tecnológico pedagógico viável, vale salientar que o site também apresenta um número considerável de fotografias, as quais abarcam o recorte espacial e temporal estabelecido nesta pesquisa. Assim, portanto, o uso da

fotografia apresenta-se como outro recurso pedagógico promissor a ser utilizado nas aulas de História a partir do próprio site em questão – *Um tour pelo centro histórico de Cajazeiras-PB*.

Assim sendo, o docente poderá usufruir das imagens presentes no site e realizar um estudo de memória a partir do uso da fotografia. Para isso, a aba “História, Memória e Educação Patrimonial”, a sub aba “A cidade e sua História” e a aba “Conhecendo o Centro Histórico” são essenciais, por conterem fotografias que, a partir de sua desconstrução e problematização, levará os discentes a compreenderem e enxergarem como se deu o processo de urbanização da cidade de Cajazeiras-PB, assim como também, a partir delas, estes serão imersos na história da sua própria localidade, ou seja, da sua cidade.

E, no que concerne ao uso da fotografia, faz-se pertinente mencionar que desde muito tempo, a imagem é utilizada como recurso para a representação de acontecimentos do cotidiano. A partir delas, é possível se fazer leituras, uma vez que elas são capazes de nos revelar narrativas condizentes à construção de determinada sociedade nas suas diversas representações e formas de ser, a exemplo, as representações sociais, históricas e culturais. A fotografia, portanto, é uma importante fonte no que concerne à memória social, por ela possibilitar analisar e interpretar diferentes épocas, descobrir semelhanças e diferenças, mudanças e permanências de diferentes lugares, lugares estes, que podem ser significativos para a memória.

Neste sentido, a fotografia pode/deve ser considerada como um relevante recurso na construção da memória coletiva. Assim, para comprovar o que foi mencionado, reporto-me às palavras de Ana Maria Mauad (1996), sobre a relevância do uso da fotografia como fonte histórica:

A fotografia é uma fonte histórica que demanda por parte do historiador um novo tipo de crítica. O testemunho é válido, não importando se o registro fotográfico foi feito para documentar um fato ou representar um estilo de vida. No entanto, parafraseando Jacques Le Goff, há que se considerar a fotografia, simultaneamente como imagem/documento e como imagem/monumento. No primeiro caso, considera-se a fotografia como índice, como marca de uma materialidade passada, na qual objetos, pessoas, lugares nos informam sobre determinados aspectos desse passado - condições de vida, moda, infraestrutura urbana ou rural, condições de trabalho etc. No segundo caso, a fotografia é um símbolo, aquilo que, no passado, a sociedade estabeleceu como a única imagem a ser perenizada para o futuro. Sem esquecer jamais que todo documento é monumento, se a fotografia informa, ela também conforma uma determinada visão de mundo. (MAUAD, 1996, p. 8)

Então, diante das imagens presentes no site, o professor juntamente com a turma, observando-a e questionando-a enquanto potencializadora de representação e memória poderão observar do ponto de vista histórico, como encontrava-se o espaço urbano cajazeirense nas

primeiras décadas do século XX, visto que, notadamente, a partir delas, é possível visualizarmos mudanças significativas na paisagem da cidade de Cajazeiras-PB entre as décadas de 1920 a 1940. Assim, pois, segundo Circe Bittencourt (2008),

[...] a *fotografia é uma representação do real*. [...]. Para estudar as imagens sedutoras da fotografia, torna-se necessário desconstruí-la. [...] A desconstrução de uma imagem fotográfica pode ser iniciada pela análise do papel do fotógrafo na produção de uma foto. Existe sempre um sujeito por trás da máquina fotográfica. [...] É sempre necessário perguntar o que está sendo fotografado, a fim de compreender *por que* e *para que* algumas fotografias foram feitas. Uma foto é sempre produzida com determinada intenção, existem objetivos e arbitrariedades na captação das imagens. (BITENCOURT, 2008, p. 366-367)

Dessa forma, à luz das palavras de Bittencourt (2008), o docente, ao utilizar o site e explorar as imagens presentes na sala de aula com os seus alunos, poderá realizar uma leitura crítica, problematizadora e contextualizada, para com isso, levá-los a reflexão da sua própria história e realidade, no sentido de que a fotografia pode ser considerada como um reflexo do passado, promotora de possíveis fontes para historicidade, reflexões e questionamentos que nos “[...] dá a noção precisa do microespaço e tempo representado, estimulando a mente à lembrança, à reconstituição, à imaginação. É, para o historiador, uma possibilidade incontestada de descoberta e interpretação da vida histórica” (KOSSOY, 2012, p. 169).

Nesse rol de discussão, cabe destacar que, conforme Bittencourt (2008), o uso da fotografia é relevante para se chegar ao conhecimento histórico, pois,

A fotografia registra fatos, acontecimentos, situações vividas em um tempo presente que logo se torna passado. Os álbuns de família são um exemplo de como esse suporte material da imagem serve de registro da memória. Rever fotos significa lembrar, rememorar ou mesmo “ver” um passado desconhecido. (2008, p. 366)

Dito isto, aqui apresento algumas imagens condizentes as abas supracitadas, visto que as fotografias presentes nestas abas, podem ser consideradas como um recurso didático relevante no ensino de História para a comunidade estudantil cajazeirense, pois as compreendermos como um documento, e, além disso, um instrumento pedagógico que evidencia as mais diversas questões relacionadas a História da cidade de Cajazeiras, sejam elas sociais, políticas e, sobretudo, culturais.

Imagem 4. Aba “História, memória e Educação Patrimonial” - História da urbanização da Cidade de Cajazeiras-PB.

08/09/2023, 11:56

História, Memória e Educação Patrimonial | My Site 3

This site was designed with the Wix.com website builder. Create your website today.

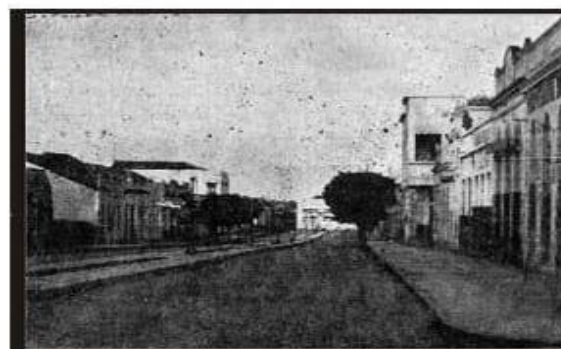
Start Now

A cidade de Cajazeiras está localizada no extremo Oeste do Estado da Paraíba, a cerca de 475 Km da Capital, João Pessoa. A população estimada é de 62.289 pessoas (IBGE, 2020).

Entre os anos de 1920 e 1940, a cidade viveu um *boom* urbano e comercial embalado pelo movimento de modernização dos centros urbanos, já iniciado na Europa desde o século XIX - com as imposições de transformações nas relações sociais, culturais e econômicas advindas da segunda onda da Revolução Industrial -; e que no começo do século XX chegou no Brasil, provocando importantes transformações na distribuição do espaço urbano de grandes cidades brasileiras. Escolhemos para este texto, iniciar a narrativa a partir do século XIX, objetivando desenhar melhor o cenário onde as tramas históricas ocorreram e, assim, mostrar como de fazenda, povoado e vila, Cajazeiras tornou-se cidade - que, a partir da primeira metade do século XX, tornou-se uma das mais promissora do alto sertão paraibano.



Mapa da Paraíba. Disponível em: <https://www.google.com/maps/@-51.2121014331512,01512101433101314331512,4644331512,10000015&source=UFE-8#>. Acesso em 20/08/2021



Avenida Presidente João Pessoa ca. 1940
Acervo pessoal: Profa. Eliana Rolim



Rua Padre José Tomaz ca. 1950-1960
Acervo pessoal: Profa. Eliana Rolim

Imagem 5. Aba “História, memória e Educação Patrimonial” - História da urbanização da Cidade de Cajazeiras-PB.

08/09/2023, 12:19

História, Memória e Educação Patrimonial | My Site 3

This site was designed with the **WIX**.com website builder. Create your website today.

Start Now

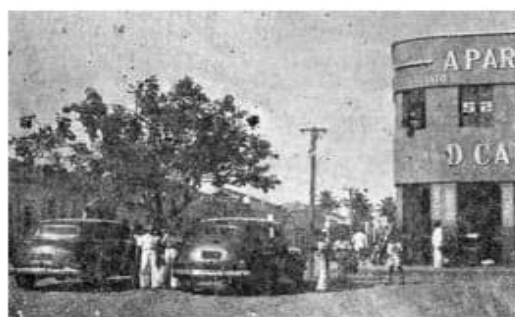
Com a instalação das primeiras feiras na cidade, as relações comerciais com as cidades vizinhas intensificaram-se, a exemplo de Sousa, Pombal e algumas outras dos atuais estados do Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Na medida em que se estabeleciam os primeiros vínculos de comércio, o núcleo urbano de Cajazeiras crescia consideravelmente e, no início do século XX, a cidade já apresentava “modificações significativas na vida material e cultural” (SILVA FILHO, 1999, p. 84). Por conseguinte, “o estímulo de desenvolvimento para essa área urbana, resultou do cultivo e comércio do algodão e do investimento dos recursos daí provenientes, melhorando as condições materiais da cidade” (SILVA FILHO, 1999, p. 288).

Neste sentido, conforme nos aponta os memorialistas de Cajazeiras, o cultivo do algodão, entre os séculos XIX e XX, proporcionou o desenvolvimento, pelos menos comercial, da cidade: foram inaugurados estabelecimentos de roupas, alimentos e utilidades domésticas. Nitidamente, iniciava-se uma transição na urbe cajazeirense “onde o velho pass[ou] a conviver com o novo, o tradicional pass[ou] a conviver com o moderno” (SILVA FILHO, 1999, p. 293).

O cultivo e comércio do algodão providenciaram a instalação, na década de 1920, da Usina Santa Cecília de propriedade de Joaquim Matos e que foi considerada a primeira de grande porte instalada no alto sertão paraibano. A esse processo de modernização da produção e, conseqüentemente, da vida social e cultural da cidade, somou-se a chegada da firma norte-americana Dwight P. Robinson responsável por iniciar a construção dos açudes da Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas - IFOCS e, atrelado a isso, surgem na cidade “novos gostos e novos hábitos, ocorrendo, dessa maneira.



*Praça Nossa Senhora de Fátima no início do séc. XX
Acervo pessoal: Profa. Eliana Rolim*



*Praça Coração de Jesus ca. 1940
Acervo pessoal: Profa. Eliana Rolim*

Imagem 6. Sub aba “A cidade e sua História” – A partir de fotografias, apresenta as modificações ocorridas na Cidade Cajazeirense.

08/09/2023, 23:09

A cidade e sua História | My Site 3

This site was designed with the **Wix.com** website builder. Create your website today.

Start Now

Neste registro fotográfico da década de 1940, vemos a Praça Benjamin Constant, atual Praça Coração de Jesus. À esquerda, vemos alguns automóveis estacionados sob a sombra de uma árvore. À direita, a loja “A Paraibana”, de propriedade de D. (Diomedes?) Cartaxo. Atualmente, a Praça ainda é “dos carros”, abrigando quase uma dezenas de táxis. No edifício, ainda de pé, funciona uma loja de confecções.



FONTE: Jornal Gazeta do Alto Piranhas. S. d
Acervo pessoal: Profa. Eliana Rolim



Do acervo de J. Epaminondas Braga, atualmente residindo em Campina Grande, a quem agradeço o exemplar e aguardo o envio de outros. Nos anos 1940, víamos a Praça do Congresso (atual Praça Dom João da Mata), no seu encontro com a Rua Padre Rolim, onde destacavam-se as residências do Dr. Victor Jurema, do casal Antonio Dutra e Alzira Jurema, do casal Antonio Aquino de Albuquerque e Honorina Tavares (pais do ex-deputado Edme Tavares) e da família Emídio Assis.

FONTE: Jornal Gazeta do Alto Piranhas. S. d
Acervo pessoal: Profa. Eliana Rolim

Imagem 7. Sub aba “A cidade e sua História” – A partir de fotografias, apresenta as modificações ocorridas na Cidade Cajazeirense

08/09/2023, 23:06

A cidade e sua História | My Site 3

This site was designed with the **Wix**.com website builder. Create your website today.[Start Now](#)

Panorâmica da rua Padre Rolim, em meados da década de 1930-40. Vê-se ao fundo, a igreja de Nossa Senhora de Fátima. À esquerda, o imóvel que funcionou como palácio episcopal em priscas eras e o comitê de campanha do atual prefeito Carlos Antonio, mais recentemente. Ao seu lado, onde hoje é o IPEP, funcionou a primeira Prefeitura, bem como o Fórum, a Delegacia e o cinema. À direita, o imóvel onde funcionou a secretaria municipal de educação. As três garotas que estão perfiladas na calçada são Esmeralda, Tidinha e Zefinha, filhas do Prof. Crispim Coelho. Do acervo de Solidônio Lacerda.

FONTE: Jornal Gazeta do Alto Piranhas. S. d
Acervo pessoal: Profa. Eliana Rolim



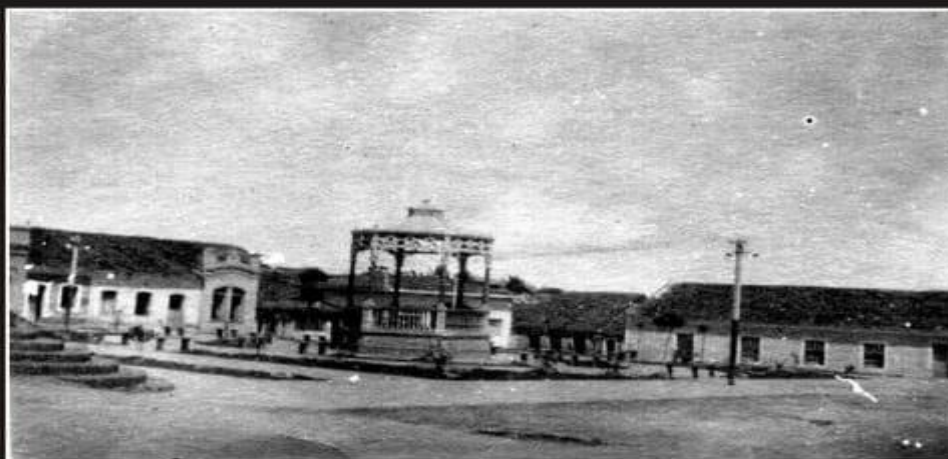
Um raro exemplar fotográfico, conseguido junto a família Pires, por intermédio do industrial Pepé Pires. Trata-se da atual Praça Major Galdino Pires, em meados da década de 1930. A casa à esquerda era a residência do Major, onde até hoje residem seus familiares. Ao fundo vemos a caixa d'água ainda hoje integrando a paisagem. Mais à esquerda, o imóvel onde atualmente reside o Dr. Beto Pires e no finalzinho, parte da residência onde hoje mora o ex-prefeito Zerinho Rodrigues. Não havia calçamento e no local, segundo relatos, funcionou um dos primeiros campos de *foot-ball* da cidade, cuja foto mostraremos na próxima coluna.

FONTE: Jornal Gazeta do Alto Piranhas. S. d
Acervo pessoal: Profa. Eliana Rolim

Imagem 8. Sub aba “A cidade e sua História” – A partir de fotografias, apresenta as modificações ocorridas na Cidade Cajazeirense

08/09/2023, 23:08

A cidade e sua História | My Site 3

This site was designed with the **WIX.com** website builder. Create your website today.
[Start Now](#)


Praça Nossa Senhora de Fátima no início do século passado, com destaque para o Coreto, ao centro. À direita, algumas residências, cujo local hoje é uma ampliação da própria praça, mais ou menos onde encontra-se a antiga fonte luminosa.

Do acervo da família Pires.

FONTE: Jornal Gazeta do Alto Piranhas. S. d
Acervo pessoal: Profa. Eliana Rolim



Mais uma da série “Construção de Boqueirão”, no início do século XX, nas décadas de 1920 e 1930, pela firma norte-americana Dwight P. Robinson & Co. Esta foto mostra a construção do duto que liga o açude ao rio e está localizado “dentro” da parede. É por aí que passa a água para perenizar o Rio Piranhas.

A propósito da foto anterior, o leitor e assinante Mário Cartaxo, funcionário aposentado do DNOCS, faz uma correção por demais pertinente: na verdade o açude não “arrombou”, o local do sangradouro é que foi modificado anos depois, movido por novas técnicas de engenharia. Tá corrigido.

E semana que vem tem mais Boqueirão, cortesia do acervo fotográfico da família Pires.

FONTE: Jornal Gazeta do Alto Piranhas. S. d
Acervo pessoal: Profa. Eliana Rolim

Imagem 9. Aba “Conhecendo o Centro Histórico” – nesta aba apresentamos o histórico e imagens das edificações tombadas.

15/09/2023, 13:49

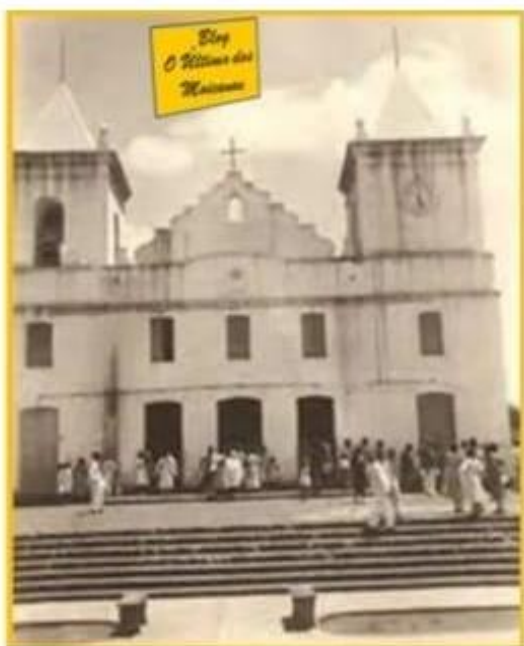
"Conhecendo" o Centro Histórico | My Site 3

This site was designed with the **WIX**.com website builder. Create your website today.

Start Now

A Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima originou-se da primeira capela da cidade de Cajazeiras, denominada de capela Nossa Senhora da Piedade, construída em 1834, por Mãe Aninha (ROLIM, 2010). Portanto, esta foi a primeira edificação religiosa da cidade de Cajazeiras. Com a criação da Diocese de Cajazeiras em 1914, subiu ao posto de Catedral e permaneceu até o ano de 1957, quando passou seu posto de catedral a nova Igreja construída. A partir disso, pelo decreto diocesano de 12 de janeiro de 1957, a Igreja Matriz tornou-se então Paróquia de Nossa Senhora de Fátima.

De acordo com a memória dos cajazeirenses, nesta Igreja foi sepultado o Padre Inácio de Sousa Rolim – considerado pela historiografia oficial como o fundador da cidade (ROLIM, 2010). Segundo Diniz *et al.* (2019, p.157) *“a fachada frontal da Igreja possui um estilo eclético. É constituída em um frontão, característica do estilo barroco, possui arcos de ogiva, característica do estilo gótico, no topo das esquadrias e pináculos presentes nas extremidades do frontão e das torres”*.



Igreja Matriz na década de 1930. Fonte: ROLIM, Claudiomar Matias. Disponível em: <http://asousamestreescola.blogspot.com/2013/01/>. Acesso em 20/07/2021



Igreja Matriz Nossa Senhora de Fátima. Foto: Katiana Vale, setembro de 2021

A partir das imagens selecionadas anteriormente, podemos observar, como já foi citado antes, que além dos textos presente no próprio site, há fotografias condizentes aos anos de 1920 a 1940, justamente o período em que a cidade de Cajazeiras foi marcada por intenso processo de urbanização, a saber, com o alargamento das ruas, construções de casarões, prédios públicos, praças e oferecimento de serviços de iluminação, correios e transporte coletivo (ROLIM, 2010). Tais fotografias, portanto, nos permitem “visualizar esse processo, pois “Nunca ficamos passivos diante de uma fotografia: ela incita nossa imaginação, nos faz pensar sobre o passado, a partir do dado de materialidade que persiste na imagem.” (MAUAD, 1996, p. 15).

Nesse sentido, Eduardo Paiva (2004, p. 13) corrobora com Mauad (1996), ao destacar a fotografia como “[...] uma fonte que, ao [seu] ver, permite a realização de profundos mergulhos no passado.” E ao referir-se sobre a exploração das imagens, o mesmo deixa explícito que:

[...] a imagem não se esgota em si mesma. Isto é, há sempre muito mais a ser apreendido, além daquilo que é, nela, dado a ler ou a ver. [...] é necessário ir além da dimensão mais visível ou mais explícita dela. Há [...] lacunas, silêncios e códigos que precisam ser decifrados, identificados e compreendidos. Nessa perspectiva a imagem é uma espécie de ponte entre a realidade retratada e outras realidades, e outros assuntos, seja no passado, seja no presente. E é por isso que ela não se esgota em si. Por meio dela, a partir dela e tomando-a em comparação é possível ao historiador e ao professor a análise de outros temas, em contextos diversos. (PAIVA, 2004, p. 19)

Assim sendo, diante da abordagem acerca da relevância e potencialidade do uso de imagens no Ensino de História, cabe ressaltar que a sala de aula é um espaço promotor para que alunos e alunas – enquanto sujeitos históricos – reflitam sobre a sua própria História e cultura, tendo em vista que utilizar fotografias como recurso pedagógico é demasiadamente pertinente para que compreendam processos de permanências e rupturas do seu próprio meio social, ou seja, da sua História Local. No tocante a isso, as fotografias, desde que contextualizadas, problematizadas e desconstruídas, podem ser o norte para gerar uma discussão sobre a importância de se preservar os bens culturais, uma vez que é justamente estes que os identificam enquanto sujeitos históricos, e neste caso em específico, sujeitos históricos cajazeirenses.

Em suma, conforme foi elencado ao longo deste capítulo, é imprescindível que os docentes, sobretudo, de História, por ser essa disciplina crucial para a construção de cidadãos democráticos, críticos e conscientes, busquem utilizar nas suas aulas recursos didáticos inovadores, a fim de dinamizar e ampliar o conhecimento cultural dos alunos, inclusive sobre a cultura da sua própria localidade. Cabe aos professores/as, portanto, inserir de modo crítico e reflexivo nas suas aulas de História tais recursos citados aqui, a saber, o conteúdo presente no

site educativo e as imagens acerca do processo de urbanização da cidade de Cajazeiras-PB, presentes nele.

Com efeito, oportunizar aos discentes as histórias da sua localidade é, sem dúvidas, possibilitar a história que está envolta a sua própria existência. Assim, segundo afirma Sousa (2017, p. 94) “[...] a História Local é importante, pois evidencia a participação dos atores envolvidos no ato educativo. Alunos, professores, a escola, a comunidade, evidenciam-se suas lutas e participações nas transformações sociais”.

Para tanto, notavelmente, a Educação Patrimonial torna-se importante nesse processo, por possuir uma importante função pedagógica e interdisciplinar, uma vez que por meio desta modalidade de ensino, é oportunizado ao educando (a) a possibilidade de conhecer o seu meio social ao aproximá-lo de sua comunidade, levando-o a se interessar pelas tradições que são próprias do meio em que o mesmo está inserido, fazendo com que este se enxergue, também, como agente de transformação. Logo, a utilização de fotografias como fonte histórica torna-se relevante nesse processo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, com base nas análises realizadas, informações discutidas e reflexões levantadas ao longo dos três capítulos desse estudo, notoriamente, é inegável o elo que há entre o patrimônio edificado de Cajazeiras-PB, construído entre as décadas de 1920 e 1940 e a História dessa espacialidade. Isso nos é perceptível quando, ao indagar essas obras, as transformamos, conforme Le Goff (1984), de monumento em documento ou, ainda, conforme as palavras de Françoise Choay (2014), de monumento em monumento histórico, e as observamos com sensibilidade, enxergando-as para além da fria materialidade de suas paredes, tendo em vista que elas são espaços de memórias que fala de uma época, de um passado, enfim, da história desta urbe e, por conseguinte, da história dos sujeitos cajazeirenses.

Estas obras, portanto, não se restringem apenas à esfera da decoração e do embelezamento, para além disso, elas devem ser compreendidas também como importantes fontes que permitem informações sobre as relações sociais, as tradições culturais, as memórias e a identidade cultural desta respectiva cidade. Contudo, mesmo sendo protegido por lei, o centro histórico de Cajazeiras ainda enfrenta sérios problemas no que se refere à sua preservação. Apenas o ato do tombamento em si, não garante a sua integralidade e preservação, isso é totalmente visível no centro histórico de Cajazeiras.

Portanto, faz-se necessário, além de tombar, criar mecanismos eficientes que conscientizem a população em geral sobre a importância do seu patrimônio, isso é imprescindível, visto que, para além do âmbito legislativo, para que a população proteja o seu patrimônio ela precisa sentir-se pertencente a ele, é preciso que haja laços identitários entre estes. Infelizmente, em Cajazeiras, o descaso por parte dos órgãos competentes, e, também, por parte da própria população, chega a ser visível em alguns imóveis que se encontram dentro do limite do tombamento, uma vez que, quase todas as edificações tiveram suas estruturas originais alteradas, enquanto outras encontram-se em estado de abandono.

Baseando-se nesse cenário, acreditamos que, para que haja uma preservação eficiente e consciente, urge uma maior fiscalização do órgão competente – IPHAEP, e que a população conheça a História Local, desperte um sentimento de pertencimento com a mesma, e transforme-se em guardião desse patrimônio, tendo em vista que ao protegê-lo estarão resguardando a memória local, pois o descaso com o patrimônio arquitetônico cajazeirense é nítido, basta um olhar atento e reflexivo para percebê-lo. A metodologia da Educação Patrimonial, mostra-se como um norte fundamental e promissora para que haja, de fato, a preservação dos patrimônios históricos edificados dessa localidade. Contudo é preciso que

ocorra comprometimento de uma política pública de preservação, em que estejam engajados o poder público, sobretudo, o Estadual, a comunidade estudantil e a população em geral.

Tomando por base essa discussão, é possível afirmar que a falta de conhecimento da História Local por parte da comunidade cajazeirense está, também, associada à inexistência de políticas públicas de educação patrimonial na cidade, o que compromete a divulgação e a importância desse patrimônio para a própria população, tendo em vista que é fundamental conhecer para se pertencer, e o Ensino de História torna-se promissor para isso, pois alunos e alunas – enquanto sujeitos históricos – são levados a refletir sobre a realidade e a enxergar o meio social em que estão inseridos.

Nesse sentido, a Educação Patrimonial torna-se importante nesse processo, justamente por possuir uma relevante função pedagógica e interdisciplinar, uma vez que por meio desta modalidade de ensino, é oportunizado ao educando (a) a possibilidade de conhecer o seu meio social ao aproximá-lo de sua comunidade, levando-o a se interessar pelas tradições que são próprias do meio em que o mesmo está inserido, fazendo com que este se enxergue, também como agente de transformação. Assim, conclui-se que a presente pesquisa, ao levantar uma discussão historiográfica sobre a História da Cidade de Cajazeiras, contada por meio do estudo do seu patrimônio arquitetônico, já de imediato evidencia a relevância deste para a salvaguarda da memória local, visto que os bens imóveis presentes no centro histórico são documentos importantes que estão inseridos no tecido desta urbe, que, por sua vez, também denotam como ocorreu sua formação e, conseqüentemente, conta a História dessa espacialidade. É imprescindível preservá-las.

Então, diante de todas as colocações realizadas, vale frisar que a escola é merecidamente reconhecida como instituição que, além de provocar, direciona e aguça a busca do alunado pelo conhecimento. Por isso, a postura dos professores e professoras de História devem promover um ensino que contemple especialmente os locais onde alunos e alunas possam encontrar laços de identidade, ou seja, um ensino que os insira na sua própria realidade.

Para tanto, acreditamos ser a Educação Patrimonial a chave para que esta realidade seja contemplada. Nitidamente é o que falta em Cajazeiras, um maior comprometimento com a História dessa localidade, refletida no completo descaso com o seu patrimônio arquitetônico. Assim, aspiramos que a partir das discussões, reflexões e possibilidades levantadas acerca da utilização do site *Um tour pelo Centro Histórico de Cajazeiras-PB* em sala de aula, possa contribuir de alguma forma à comunidade estudantil de Cajazeiras e despertá-la para uma conscientização de preservação efetiva dos bens patrimoniais edificados desta respectiva cidade.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Renata Cristiane Lima. Novas metodologias para o ensino de história no ensino médio noturno: experiências didáticas no interior de Goiás. **In: XX Encontro Regional de História: História em tempos de crise – UFTM**, Uberaba-Minas Gerais, 2016.
- BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de história local: redescobrimo sentidos. **Saeculum - Revista de História**, João Pessoa, n. 15, jul./dez. 2006.
- BARROS, José Costa D'Assunção. A ESCOLA DOS ANNALES: considerações sobre a História do Movimento. **Revista História em Reflexão**: Vol. 4 n. 8 – UFGD - Dourados jul/dez, 2010.
- BARROS, José D'Assunção. A Nova História Cultural – considerações sobre o seu universo conceitual e seus diálogos com outros campos históricos. **Cadernos de História**, Belo Horizonte, v.12, n. 16, 1º sem. 201.
- BARROS, José D'Assunção. “História Cultural – um panorama teórico e historiográfico” in Textos de História (**Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UNB**). Vol. 1, n.1/2. p.145-171, 2003.
- BASTOS, Manoel de Jesus. BASTOS, Michelly de Jesus. **Recursos didáticos no ensino de história: Nas escolas de Campo Alegre de Lourdes–BA. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 06, Vol. 11, pp. 05-20. Junho de 2020. ISSN: 2448-0959. Disponível em: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/didaticos-no-ensino>. Acesso em 28/08/2023
- BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. Editora Cortez. 2. Ed. São Paulo, 2008.
- BLOCH, Marc. **Apologia da História ou o ofício do historiador**. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças dos velhos**. - 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular-Educação é a Base**. Produção Editorial: Fundação Carlos Alberto Vanzolini Gestão de Tecnologias em Educação, 2017. Disponível em: [http:// basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf](http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf). Acesso em: 10 nov 2023.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora da Unesp, 2014.
- DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**. - 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

DIMENSTEIN, Dora. **A Educação Patrimonial, Memória e Cidadania: A Experiência dos Professores de História da Rede Municipal do Jaboatão dos Guararapes – PE.** 44 p. il.2016. Monografia (Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Cultural) – Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

FEVBRE, Lucien. **Combates pela História.** Lisboa: Presença, 1985.

FLORENCIO, Sônia Regina Rampim. Educação patrimonial: algumas diretrizes conceituais. In: PINHEIRO, Adson Rodrigues S. (org.) **Cadernos do Patrimônio Cultural: educação patrimonial.** Fortaleza: SECULTFOR/IPHAN, 2015, vol.1.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, **Decreto nº 25.140 de 28 de junho de 2004.** Disponível em <https://auniao.pb.gov.br/servicos/arquivo-digital/doe/2004/junho/diario-oficial-29-06-2004.pdf/view>, acesso em 20jun., 2020.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia Básico de Educação Patrimonial.** Museu Imperial/IPHAN/MinC. Brasília, 1999.

IPHAEP – **Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Paraíba.** Disponível em: <https://iphaep.pb.gov.br/duvidas-frequentes> . Acesso em 03/mar/2023

IPHAN. Educação Patrimonial: Histórico, Conceitos e Processos, 2014. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/EduPat_EducacaoPatrimonial_m.pdf. Acesso em 30/abr, 2021.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & história.** - 4.ed. - São Paulo: Ateliê, 2012.

LE GOFF, Jacques. **Memória e História.** Trad. Bernardo Leitão. Campinas: ed. Unicamp, 1990.

LE GOFF. Documento/Monumento. **Enciclopédia Einaudi.** Portugal: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, vol 1, 1984.

LE MOS, Carlos A. C. **O que é patrimônio histórico.** São Paulo: Editora Brasiliense, 2000. (Coleção primeiros passos; 51)

MAUAD, Ana Maria. Através da Imagem: Fotografia e História Interfaces. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 73-98.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 14ª edição. São Paulo: Hucitec Editora, 2014. 407 p.

MORAN, José Manuel. **A Educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá.** Campinas, SP: Papirus, 2007.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n.10, dez. 1993, p.7-28.

OLIVEIRA, Francisco Álisson de. **Patrimônio Material de Cajazeiras – PB**: Discurso Além do Concreto e Cimento. Monografia (Graduação em História). Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, 2015.

ORIÁ, Ricardo. **Ensino de História e diversidade cultural: desafios e possibilidades**. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 25, n. 67. 2005.

PAIVA, Eduardo França. **História & imagens**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PELEGRINI, Sandra C. A.; NAGABE, Fabiane; PINHEIRO, Áurea da Paz. **Turismo e Patrimônio em tempos de globalização**. Campo Mourão: Editora da FECILCAM, 2010.

PINHEIRO, Adson Rodrigues S. (org.) **Cadernos do Patrimônio Cultural**: educação patrimonial. Fortaleza: SECULTFOR/IPHAN, 2015, vol.1.

REIS, Aaron Sena Cerqueira; SILVA, Joilson Pereira da. Consciência histórica e representações sociais: um estudo acerca das percepções de jovens estudantes sobre o Brasil. *Rev. Educação e Pesquisa.*, São Paulo, v. 47, e 226702, 2021.

ROLIM, Eliana de Souza. **Patrimônio Arquitetônico de Cajazeiras – PB**: memória, políticas públicas e educação patrimonial. Dissertação (Mestrado em História) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2010.

SABALLA, Viviane Adriana. Educação Patrimonial: “Lugares de Memória”. **Revista Mouseion**, v.1, p. 23-25, jun, 2007.

SANTOS, Evanilda dos. **Educação Patrimonial na Escola Ana Nery**: Descobrendo o Patrimônio Cultural. Monografia (Curso de Graduação em Museologia) Centro de Artes Humanidades e Letras, Universidades Federal do Recôncavo da Bahia. Cachoeira, 2010.

SANTOS, Dayse Lúcida Silva. **Caderno Didático de Métodos e Técnicas de Pesquisa em História**. Montes Claros: Editora da Unimontes, 2010. (Material Didático)

SILVA, Aletícia Rocha da. **Educação Patrimonial no Ensino de História**: A feira livre como espaço de aprendizagem histórica em Colinas do Tocantins. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino de História) Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Tocantins. Araguaína - Tocantins, 2018.

SILVA, Everson Moura da; FERREIRA, Pedro Henrique de Sousa; CAMILO, Janaina Valéria Pinto. “A modernidade chega ao sertão”: preservação do patrimônio, memória e educação patrimonial, na cidade de Cajazeiras – PB. In: SOUSA, Israel Soares de. **Anais do XIX Encontro Estadual de História ANPUH - PB**: História: liberdades e direitos. João Pessoa: Editora do CCTA, 2021.

SILVA FILHO, Osmar Luiz da. **Na Cidade da Parahyba**, o percurso e as tramas do moderno. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 1999.

SILVA JUNIOR, Acioli Gonçalves da. **Educação Patrimonial, História Local e Ensino de História**: Uma proposta para o trabalho docente. Dissertação (Mestrado Profissional em Ensino

de História) Programa de Pós-Graduação em Ensino de História do Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói – Rio de Janeiro, 2016.

SILVA, Scheilla Maria Orlosqui Cavalcante da.; GOMES, Fabrícia Cristina. **Tecnologias e mídias digitais no contexto escolar: uma análise sobre a percepção dos professores.** In: XII Congresso Nacional de Educação - Educere, 2015.

SOBOTA, Bruno; BALDINI, Guilherme; RODRIGUES, Murilo. Projeto Arquivo: metodologia de ensino aliada à prática *in loco* como forma de resgate da memória de exemplares anônimos da arquitetura histórica em Curitiba-PR, Brasil. In. **Arquitetura e cidade: Privilégios, conflitos e possibilidades.** Curitiba, outubro de 2019.

SOUSA, Israel Soares de. **Educação popular e ensino de história local: cruzando conceitos e práticas.** João Pessoa: Editora da UFPB, 2017.

TAMANINI, Paulo Augusto. SOUZA, Maria do Socorro. As tecnologias digitais no ensino de História no Brasil: um mapeamento das pesquisas acadêmicas. **Revista Docência e Cibercultura.** Rio de Janeiro v.2 n.3 p. 142 Set/Dez, 2018. DOI: <<https://doi.org/10.12957/redoc.2018.36814>>.

TAMANINI, Paulo Augusto. SOUZA, Maria do Socorro. As novas tecnologias e o ensino de História como temática de pesquisas nas universidades brasileiras. **Educação Por Escrito.** Porto Alegre, v. 10, n. 1, jan/jun, 2019.

TELLES, Pedro Carlos da Silva. **História da Engenharia no Brasil.** Rio de Janeiro: Clube de Engenharia/ Livros Técnicos e Científicos Editora S.A , 1984, vol. 1 e vol. 2.

ZANELA, Mariluci. **O Professor e o “laboratório” de informática: navegando nas suas percepções.** 43f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.